

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 12 de dezembro de 2023 - Ata n.º 122.

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Adão Litro** (na função de 1.^º Secretário) e **Mabel Canto** (2.^ª Secretária), “sob a proteção de DEUS”, iniciou os trabalhos da **122.^a Sessão Ordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “Sob a proteção de Deus”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito à Deputada Mabel Canto que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^ª 2.^ª SECRETÁRIA (Deputada Mabel Canto – PSDB): (Procedeu à leitura da Ata da 121.^a Sessão Ordinária, de 11 de dezembro de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Sr. 1.^º Secretário, Deputado Adão Litro, se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Adão Litro – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 1257/2023** da Caixa Econômica Federal, encaminhando informações referentes

ao Crédito de Recursos Financeiros no âmbito do Programa PPI Favelas, sob a gestão do Ministério as Cidades com o Governo do Estado; **Ofício n.º 1470/2023** Subjur, em resposta ao expediente n.º 3092/2023; **Ofício n.º 2571/2023** do Tribunal de Justiça do Estado o Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 1054/2023**) que dispõe sobre a criação da Terceira Vara Judicial da Comarca de Palmas; **Ofício n.º 3124/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a Requerimento do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 3138/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública a Requerimento o Deputado Do Carmo; **Ofício n.º 3209/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde a Requerimento do Deputado Paulo Gomes; **Ofício n.º 3211/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e da Secretaria de Estado da Saúde a Requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 3214/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde, da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família a Requerimento da Deputada Ana Julia Ribeiro; **Ofício n.º 3216/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a Requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 3217/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a Requerimento do Deputado Luis Corti; **Ofício n.º 3222/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde a Requerimento da Deputada Marly Paulino; **Ofício n.º 3305/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação a Requerimento do Deputado Professor Lemos; **Ofícios n.os 3382/2023 e 3208/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família, da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Segurança Pública a Requerimento do Deputado Goura; **Ofícios n.os 3383/2023 e 3212/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Educação, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e da Secretaria de Estado da Saúde a Requerimentos o

Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 3384/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado a Saúde a Requerimento do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 3386/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública a Requerimento da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 3474/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento a Requerimento da Deputada Luciana Rafagnin. Seriam esses os ofícios, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos ao Horário do Pequeno Expediente. Primeiro oradora, Deputada Márcia Huçulak. Antes, registro a presença na Casa do Vice-Presidente das Indústrias do Paraná, Sr. Guilherme Hakme, do Vice-Presidente da Associação Comercial do Paraná, Sr. Yuris Tomsons, e do Vereador de Tapejara, Joel Feliciano, por solicitação do Deputado Matheus Vermelho; da Prefeita de Imbaú, Sr.^a Dayane Sovinski, e do Prefeito de Sapopema, Paulo Branco, por solicitação do Deputado Alexandre Curi. Sejam bem-vindos.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Boa tarde, caros colegas Deputados e Deputadas. Hoje subo à tribuna para compartilhar a minha agonia. Sim, não tenho outra palavra para definir esse momento que passamos aqui na Assembleia. Nas últimas semanas estamos vivendo situações vexatórias, ao mesmo tempo que debatemos projetos em regime de urgência sem a possibilidade do devido debate e que alteram a vida dos paranaenses, alteram impostos, apesar dos apelos contrários das instituições que representam o setor produtivo, daqueles que geram emprego e renda, daqueles que mantêm as políticas públicas e mantêm esta Casa. Hoje faremos escolhas. E não há posição ou decisão neutra nesta Casa. Toda decisão aqui tem impacto na vida de todos os paranaenses e a minha decisão não é neutra. Não cheguei a esta Casa para simplesmente me adaptar, mas para dar uma contribuição para que a política não seja rejeitada pelo senso comum tão ridicularizada como somos, porque acredito que é pela política que se muda a vida das pessoas para melhor. Sei que isso pode ser uma utopia. É preciso deixar claro, em práticas democráticas, que a vontade só se legitima nas ações dos sujeitos que assumem suas posições. A vontade limitada é a vontade

despótica, negadora das outras vontades, é a vontade ilícita dos donos do mundo que, egoístas e arbitrários, só enxergam a si mesmos. Há algo ainda que me convenci ao longo da minha vida: de que é necessário tomar posições autênticas para superar crises, mesmo que isso leve a tensões nas relações. E hoje esta Casa vive este momento de decisão e de tensão. Acreditei nas aulas da organização social e política que pregavam a independência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas na vida real a teoria é derrotada pelo pragmatismo da política do toma lá dá cá, dos ganhos imediatos, dos acordos, da memória curta das pessoas, mas isso não tira de nós a responsabilidade e a capacidade de nos manifestar contra o estabelecido. É nesse sentido que mulheres e homens interferem no mundo, enquanto os outros animais apenas se mexem nele, e por isso que não apenas temos história, mas fazemos a história que igualmente nos faz. Recuso o discurso de que sempre foi assim. Somos sujeitos do processo, somos o resultado das nossas escolhas e decisões. O discurso da impossibilidade de mudar é o discurso de quem por diferentes razões aceitou a acomodação, inclusive por ter alguma vantagem com ela. Somos os representantes do povo do Paraná, precisamos estar aberto para ouvir os anseios e demandas, devemos nos esforçar para diminuir ao máximo a distância entre o que dizemos e o que fazemos. É preciso ser coerente, mas ainda que ser coerente é um final da inteireza do nosso ser, afinal a coerência não é um favor que fazemos aos outros, mas uma forma ética de nos comportar. Por isso, não sou coerente para ser compensada, elogiada e aplaudida, sou coerente para minha satisfação. Posso até perder coisas por ter sido coerente e por ser coerente, pouca me importa, mas o que eu não posso perder é a confiança em mim depositada pelos paranaenses e meu compromisso com as pessoas. E aqui eu termino com versos da Cora Coralina: *Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir.* E eu já decidi. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Parlamento Jovem da Câmara Municipal de São João do Caiuá,

acompanhados pelo Presidente da Câmara Jonathan Santana Falheiro, das Vereadoras Claudia Moreira Arneiro e Jaiane de Souza, do Vereador Josué Barbosa de Andrade, das professoras Márcia Regina Ribeiro, Cleuza do Nascimento e Leila Gisele Santos Silva, do professor Cristiano do Nascimento e do inspetor Marcos Antônio Dias, por solicitação do Deputado Alexandre Curi. Sejam bem-vindos à nossa Casa. Também boas-vindas aos sindicalistas que aqui estão. Com a palavra o Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Saudando a Mesa, estendo meus cumprimentos a todos os Deputados, servidores, imprensa e cidadãos do Paraná que acompanham. Uma saudação especial aos nossos estudantes recém-nominados, os Vereadores, e também uma saudação muito especial aos servidores das nossas universidades, da APP-Sindicato, de todos os sindicatos que representam a luta pela universidade pública, gratuita, de qualidade, que faça pesquisa e que contribua para o desenvolvimento do Estado, que é o que acontece de fato nas nossas sete universidades estaduais. Meus parabéns. Adianto os nossos votos do PDT, da nossa Bancada, favoráveis às demandas, bem como, Sr. Presidente, nosso voto contrário ao Projeto que prevê o aumento de impostos aqui no nosso Estado. Votaremos contra os impostos e pela valorização dos servidores. Senhor Presidente, hoje provavelmente é a nossa última sessão do ano, quero aproveitar para fazer dois registros de dois temas muito importantes que nortearam não somente este ano, mas os cinco anos da minha legislatura aqui na Assembleia Legislativa do Paraná. O primeiro deles é que agora, no final de 2023, temos uma grande notícia para o povo paranaense, que é a regulamentação da Lei Pétala. Doutor Antenor, meu companheiro, médico, colega, vamos aprovar a Lei da Cannabis Medicinal no Paraná, vamos regulamentar essa Lei. A Sesa – Secretaria de Estado da Saúde fará, nos próximos dias, nas próximas semanas, a regulamentação dessa importante lei que foi aprovada aqui na Assembleia, com amplos debates, que prevê a oferta de medicamentos na base com o *Canabidiol* e *Tetrahidrocannabinol*, princípios ativos da *Cannabis*, da maconha - vamos falar claramente - , uma planta muito importante para o desenvolvimento da humanidade. E esses medicamentos para o tratamento

de epilepsia, de crises convulsivas, de diversas síndromes serão ofertados gratuitamente pelo SUS, pelo Sistema Único de Saúde, para toda população paranaense que assim precisar, que tiver a prescrição médica que possa ter esse atendimento gratuito pelo SUS. Essa é uma luta muito importante, Deputados, e lembro aqui que o Estado do Paraná será pioneiro porque diversos Estados já aprovaram essa Lei, uma Lei semelhante, mas nenhum deles até o momento está de fato ofertando os medicamentos. Eu gostaria de agradecer a equipe técnica da Sesa, bem como o Secretário Beto Preto. Agradecer a Deputada Márcia Huçulak, o Deputado Tercilio Turini, que foram artífices centrais para termos essa regulamentação da Lei Pétala aqui no Estado, bem como todos os Parlamentares que, no final do ano passado, votaram “sim” pela Lei da Cannabis Medicinal no Estado do Paraná. Também aproveito, Deputados e Deputadas, para fazer um registro muito importante. No final de ano, agora, uma época de festas, de celebrações, mas também é uma época onde as famílias que vivem em ocupações, em áreas irregulares, que precisam de apoio do Estado, sofrem com ameaças de despejo. Isso é realidade em Guarapuava, é realidade em Curitiba, é realidade na Região Metropolitana, é realidade na comunidade da Prainha, em Pontal do Paraná. Hoje pela manhã, a nossa Bancada solicitou uma audiência, uma agenda com o Desembargador Keppen, Presidente do Tribunal de Justiça. Estivemos lá eu, o Deputado Antenor, o Deputado Professor Lemos, bem como a assessoria de diversos Parlamentares da nossa Bancada, reivindicando que, neste final de ano, não tenhamos uma desgraça, uma violação gravíssima de direitos humanos, que tenhamos o respeito aos direitos humanos, o respeito às famílias que estão nesses locais por exclusivamente falta de política de moradia. Essa carência de políticas de moradia se estende também igualmente para todo Paraná. Precisamos de políticas de habitação e de interesse social especialmente em Curitiba, cuja gestão do Prefeito Greca e Pimentel não avança nessa perspectiva, não investe em habitação de interesse social, e nós convivemos na Capital com quase 200 mil pessoas em situação de irregularidade, que precisam de ação de moradia por parte do Estado. Então, o nosso pedido, Sr. Presidente, é que tenhamos todos um Natal, um ano novo com despejo zero.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Goura, para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado. Nós queremos um Natal que as pessoas que estão nessas condições possam ter a tranquilidade e que o ano de 2024 seja um ano onde, com o apoio do Governo Federal, com ações efetivas do Governo do Estado e com ações efetivas das Prefeituras, tenhamos políticas de habitação e a política de despejo zero tem que continuar presente em todo Estado do Paraná. Nós não vamos admitir, estaremos juntos com a população que sofre com essa carência neste final de ano. E nós tivemos, sim, uma posição favorável, uma demonstração do Presidente do Tribunal de Justiça que invidará esforços para que não tenhamos despejos neste final de ano. Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Com a palavra a Deputada Marli Paulino.

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Boa tarde, Sr. Presidente e Mesa. Boa tarde, colegas Deputadas e Deputados e todos que nos assistem nesta Sessão. Ocupo esta tribuna com muita alegria e satisfação para cumprimentar e destacar os municípios paranaenses que participaram do Prêmio Band Cidades Excelentes neste ano de 2023, uma importante iniciativa do Grupo Bandeirantes de Comunicação e Instituto Aquila. Senhoras e Senhores, esse belíssimo trabalho incentiva, reconhece e valoriza boas práticas de gestão, com o objetivo de transformar a realidade dos municípios e melhorar os serviços prestados aos cidadãos. Nesse prêmio são avaliadas informações públicas atualizadas de todas as cidades do País, além dos projetos enviados pelas próprias Prefeituras. Depois da etapa estadual, na noite de ontem, foi realizada em Brasília a etapa nacional e anunciados os vencedores dessa premiação. Faço menção aqui com muito orgulho das nossas brilhantes cidades paranaenses que venceram: categoria Governança, Eficiências e Transparência, município de Paraíso do Norte; categoria Saúde e Bem-Estar, município de Ivaiporã; categoria Sustentabilidade, município de São Manoel do Paraná. A minha querida Pinhais venceu na categoria Geral; e na categoria Cidades Excelentes, a nossa capital Curitiba. Parabéns a

todas as cidades vitoriosas, em especial a minha cidade de Pinhais, da qual fiz parte até o ano passado como Prefeita e que atualmente é muito bem conduzida pela Prefeita Rosa Maria. Quero aproveitar aqui e desejar um Feliz Natal a todos e um ano novo com muita saúde, muita paz e amor a todos vocês! Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; cumprimento o Líder do Governo, o Líder da Oposição, a sociedade que nos assiste e a APP-Sindicato, que está aqui presente. Senhores, inicialmente quero homenagear meu filho de 10 anos de idade, que me visitou na Assembleia Legislativa na data de hoje, meu filho Marco Antônio, que está no seu primeiro dia de férias. Tirei ele da televisão, Presidente, e ele está acompanhando o papai hoje aqui. Filhinho Marco Antônio, amo muito você. Você mora no meu coração. Senhores, em relação à minha palavra hoje no Pequeno Expediente, peço o apoio ao Instituto Schwaner. O Instituto Schwaner treina cachorros para serem a luz daqueles que não enxergam, para trazerem esperança àqueles que vivem na penumbra, para levarem a visão àqueles que vivem nas trevas. O Instituto Schwaner treina animais, e a Rita está aqui presente, homenageei-a com um título de honra ao mérito, Deputado Alexandre Curi, pelo trabalho maravilhoso que fazem. O treinamento de animais é custoso, o valor econômico gasto em um cachorro labrador é de R\$ 70 mil a R\$ 100 mil e eles não são vendidos, são doados esses animais. Agora pergunto: Quanto custa a chance de um ser humano ter um mínimo de vida social, de poder transitar na rua? Um ser humano que não enxerga ter a oportunidade de ir a um supermercado, de atravessar uma via? Conversei com a Rita há pouco e ela me disse que até as ruas mais complexas, as ruas mais complicadas, por exemplo, a Sete de Setembro, onde transitam ônibus, os cães-guia mostram o lugar onde ela pode pegar a faixa de pedestres, o cachorro controla a passagem de ônibus para aí sim dar a oportunidade de o deficiente visual transitar. Ou seja, leva-se, Sr. Presidente, um relampejo de vida

àqueles que vivem nas trevas. Motivo pelo qual, através do gabinete do Delegado Xerifão, vamos ver como podemos ajudar esse instituto, porque quando ajudamos o instituto, não ajudamos os cachorros, não ajudamos a Rita, não é o Instituto Schwaner que ganha, e sim pessoas que não têm a oportunidade de enxergar. É difícil para nós visualizarmos aquele que não enxerga e que não visualiza, porque ausente sem dúvida estão da vida e de qualquer perspectiva, mas, tendo um labrador treinado, podem ir a uma supermercado, podem transitar na rua, podem visitar os amigos, podem ter a possibilidade de desfrutar um pouco daquilo que nos sobra cotidianamente e que muitas vezes, Senhores, não damos o devido valor. Rita, conte com o Deputado Delegado Xerifão, conte, sem dúvida alguma, com os Deputados desta Assembleia Legislativa. Vamos ver como vamos organizar a questão jurídica para que possamos, através de verbas, beneficiar o seu instituto. Vivemos na legalidade, obviamente, e precisamos ver como é a sua ONG, a questão da legislação estadual, federal e municipal, para que consigamos concretizar algo não em seu favor, mas em favor daquelas pessoas que hoje estão na escuridão, que estão nas trevas, que não enxergam e que podem renascer, renascer para a vida, tendo, como eu disse, um pouco daquilo que temos sobrando. Quero também cumprimentar a minha esposa, Delegada Tathiana, que nos assiste ao fundo. Obrigado pela sua presença. Um pouco mais à frente da minha linda esposa, meu filhinho Marco Antônio, está ali sentado, o amor da nossa vida! Obrigado a todos. E vamos então realizar um estudo, a partir de agora, de como vamos ajudar o Instituto Schwaner. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Boa tarde a todos, em especial à população paranaense que me deu de presente este ano a sua confiança. Hoje estou completando 40 anos de vida. (Aplausos.) Este presente, que é o voto de confiança, traz também uma grande responsabilidade. Quis o destino que eu, fraco e pequeno por todos os ângulos, não sou herdeiro, não tenho grandes posses, não tenho influência e nem família com influência na política, mesmo assim, justamente por ser um rapaz comum, é que me tornei representante

também das pessoas comuns, assim como vocês que hoje nos assistem. E as minhas batalhas aqui na Assembleia e na política de modo geral são batalhas pelos interesses comuns. Olho a política desde um lugar dentro do ônibus, porque fui, na maior parte da minha vida, usuário de transporte público. Olho a política a partir do fundo da sala de espera de uma Unidade de Saúde Básica de um bairro qualquer da periferia, durante as quatro ou cinco horas de espera para tomar uma *Benzetacil*, porque fui a minha vida toda usuário da saúde pública. Olho a política a partir da escola que não tem professor, com goteira, e mesmo assim militarizada, desvalorizada, atacada, porque fui um estudante de escola pública. Falo da segurança pública e da moradia popular a partir dos barracos de madeira, um ao lado do outro, lá em Piraquara, ali em Pinhais, em Tamandaré, em Colombo, em Curitiba, lugares em que morei, espaços de discussão política e pública, porque não fui eu um morador de investimentos privados, de condomínios fechados. Fui desde sempre pessoa pública e as pessoas comuns percebendo isso acreditaram que eu, por conhecer os problemas públicos do povo, seria um bom representante público do povo. Este é o meu testemunho e o meu agradecimento. Faço 40 anos e vivo no improviso, porque não planejei. De onde venho, infelizmente, a estatística tranquila que percorre as quebradas é a de que homens, jovens, pretos, pobres, moradores de periferia de grandes centros urbanos normalmente são assassinados ou presos. Tive um pai assassinado, porque foi preso. Tive um irmão assassinado, trabalhador. Nem a honestidade nos blinda do destino trágico que assola as quebradas, as favelas, as ruas de terra, as periferias do Brasil... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Dizem que o bom coração é o escudo do justo, abraça na rua, jatos d'água acordam moradores de praça. O mundo está triste, mau, injusto, agressivo, a morte foi naturalizada. E justamente neste estágio da história vocês, população, acharam, acreditaram que eu seria um bom representante para enfrentar o que de ruim existe na nossa sociedade. Muito obrigado. Fico feliz nestes 40 anos de idade. Estamos juntos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas, todos que nos acompanham aqui, na *TV Assembleia* e demais mídias. Olha, fiquei emocionado com a trajetória do colega aqui, quase me arrancou lágrimas dos meus olhos. Acho que todo mundo tem uma história, o que muda é apenas a cor da pele, que acho que não muda absolutamente nada. Fiz minha carreira, nasci em São Paulo, estudei, formei-me, fiz minha carreira em banco, trabalhei 30 anos no mercado, fui presidente de banco. Não tenho contato com ninguém da minha família em política. Fui convidado pela igreja a sair, aceitei o convite como uma missão que Deus deu na minha vida e aqui estou no mandato. Tive aqui a confiança de quase 70 mil votos no Paraná. Por que estou aqui no terceiro mandato? Porque, óbvio, fui aumentando a cada mandato os meus votos pelo trabalho, pelo trabalho sério, pelas leis importantes que aprovamos aqui, pelos Projetos importantes de defesa dos valores da família, das crianças e dos valores cristãos, porque vivemos em um País em que a grande maioria é conservadora e são cristãos também, independentemente de bandeira religiosa, católico, evangélico, espírita, isso não importa. O que importa é servir à palavra de Deus. Como estamos aqui na reta final, vamos entrar em recesso. Tivemos um ano aqui bem puxado, bem atribulado, mas fecharemos este ano com chave de ouro, entregando o título ao melhor Presidente que o Brasil já teve, o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná. (Manifestações nas galerias.) Melhor presidente e não adianta criticar, pegou o País quebrado, que foi saqueado pelo PT, e entregou o País em ordem, com geração de emprego, com crescimento do PIB e com 54 bi em caixa de superávit, que o Lula e a sua quadrilha já saquearam tudo e já deixaram um rombo de 100 bi nos cofres públicos. Batam palmas para o Lula, pessoal. Vai! Vocês vão pagar a conta no ano que vem - sem emprego, sem picanha, sem cerveja, sem andar de avião e olhem lá se vão andar de carro. Esse é o legado que o PT deixa para nós. Por incrível que pareça, lembram da Dilma, aquela que não consegue concluir uma frase, que recebeu o *impeachment*, agora ela ganhou – essa é a piada do final do ano, a piada do final

do ano -, foi homenageada a Dilma. Dilma é eleita “Mulher Economista de 2023”. É para rolar de rir! A premiação foi anunciada no Conselho Federal de Economia. A Ex-Presidente Dilma Rousseff foi eleita “Mulher Economista de 2023”. Não sei por que, ninguém sabe até agora, porque não fez nada de útil. Quando foi Presidente, quebrou o Brasil. Quebrou o Brasil! Agora dizem aqui que esse novo Banco de Desenvolvimento, conhecido como Banco Brics, com sede na China – ainda bem que ela está na China - deu esse prêmio aqui em uma votação secreta e não disseram o que ela fez de bom. Sabem por quê? Porque não tem nada de bom vindo da Dilma. A Dilma não tem capacidade mental de terminar uma frase. Ela queria ensacar vento; ela compara criança com cachorro. Essa é a Dilma. Então, gente, estamos fechando o ano com chave de ouro. Uma grande piada, mais uma piada. Tudo o que envolve o PT é piada. Ou é roubo, ou é piada. Não é isso, Delegado Tito? Ou é desvio de dinheiro, ou é algum projeto para *ferrar* com o povo. Aumentar imposto, eles são campeões, aumentaram tudo. Todas as promessas do Lula, nenhuma foi cumprida, porque ele é o campeão de *fake news* e quer censurar a imprensa. Isso é uma loucura. Isso realmente é uma loucura desse *descondenado*. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Ricardo, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Aproveito aqui para finalizar, Presidente Traiano. Eu tinha uma CPI que vamos ver se instalamos no ano que vem, que é a CPI da APP-Sindicato, esse *pxadinho* do PT. Essa associação que não faz nada a favor do professor, ao contrário, atrapalha e toma dinheiro do professor. Agora, faz política partidária o tempo inteiro, e isso não é permitido no estatuto dele. Vocês vão responder em breve isso, vão prestar conta aqui nessa CPI. Aqui não tem conchavo, não, como tem lá em Brasília. Aqui, não! Aqui vamos lidar realmente como tem com lidar, vamos pôr os pingos nos *is*. Sindicato, *pxadinho* do PT, não pode continuar agindo assim. Ainda, usando aluno e professor como massa de manobra para implantar ideologia de gênero, para jogar contra o Governo - antigamente era o Governo Bolsonaro, agora contra o Governo Ratinho

Júnior. Eles nunca estão contentes com nada, eles querem só... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arruda, por favor, para concluir. Próxima oradora, pelo PSDB, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Deputados e Deputadas. Primeiramente, quero pedir a atenção do Líder do Governo para uma situação de emergência que está acontecendo neste momento em Ponta Grossa. Tem uma criança de um ano e dez meses que se engasgou, está precisando de um leito de UTI que não tem no Hospital da Criança em Ponta Grossa. Já foram no Ministério Público, já foram na 3.^a Regional de Saúde, não conseguem a vaga, de um hospital que é tão falado, fazem tantos investimentos em saúde, e neste momento uma criança de um ano e dez meses, autista, diga-se de passagem, e eu como membro da Comissão Especial, que está analisando o código do autista, como Presidente, venho pedir socorro neste momento. Essa criança precisa ser transferida com urgência, Deputado Hussein. Sei que posso contar com a sua colaboração. Já tentamos de tudo, até o Ministério Público já interveio e não aconteceu nada.

Deputado Hussein Bakri (PSD): A senhora pode me dar um aparte?

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Claro.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Comungo da preocupação de V.Ex.^a. Pediria que a sua assessoria me passasse dados agora, nome, todos os detalhes, para que possamos acionar o Estado do Paraná, a BPMOA, enfim, todo o que for necessário, e pode contar efetivamente com a Liderança do Governo. Eu só pediria que a sua assessoria passasse para a Roberta que está aqui aguardando, que eu vou ligar imediatamente para o Secretário de Estado.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Já vamos repassar. Outro assunto que eu venho trazer aqui hoje é a questão da votação do aumento do ICMS. Já votei contrário na CCJ, apresentei meus argumentos pela ilegalidade do projeto, juntamente com o Deputado Arilson e o Deputado Requião Filho. Mas o motivo que eu subo a esta tribuna agora é para trazer a argumentação, que é realmente

numerosa, do porquê não podemos aprovar esse aumento de ICMS aqui no Estado do Paraná. Tenho conversado com empresários, com as entidades, vou fazer aqui a leitura do posicionamento da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, que também é contrário à temática. Mas vejamos. Vamos aumentar impostos? Não, não podemos aumentar impostos neste momento. Nós temos aqui no Estado do Paraná, segundo a Secretaria da Fazenda, um superávit de quase R\$ 3 bilhões, 3 bilhões no caixa. Mas aí, de forma contraditória, estamos onerando a população paranaense. Já tínhamos aí a venda da Copel, que resultou em 2,6 bilhões no caixa do Estado, mas mesmo assim vamos aumentar impostos. E de forma ainda mais contraditória, temos o projeto da reforma administrativa que está tramitando aqui hoje também, que aumenta cargos em comissão. Aí ao invés do Estado desinchar a máquina, que é o que deveria fazer e que é uma promessa inclusive da primeira campanha do Governador, estamos aumentando os cargos. Mas vamos cobrar de quem? Da população paranaense através do aumento do ICMS. Justificativa? Dizendo que é por causa da reforma tributária que está tramitando lá no Congresso, nem foi aprovado ainda. Previsão da renúncia fiscal de 2024: 20 bilhões. Eu não sou contra, desde que seja de forma transparente para que possamos ver o que está acontecendo, para ver se não poderíamos nessas isenções adequar o caixa e não precisar aumentar o ICMS. São Paulo, que é a maior economia do País, recuou. Santa Catarina não apresentou aumento de ICMS. Então, aquele acordo que tinha já não vale mais, Deputado Requião. Mas nós, no Paraná, estamos insistindo no aumento que vai onerar a população paranaense. Vai desestimular os investimentos no Estado, vai impactar nos nossos empresários que geram empregos, mas vai afetar principalmente os mais vulneráveis, porque vai incidir neles essa conta final, Deputado Doutor Antenor. Fiep, Faciap, e agora leio aqui a carta da Acipg - Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa, que vem dizer, manifestar a discordância em relação ao Projeto de Lei que prevê o aumento da alíquota modal do ICMS no Estado do Paraná. Eles dizem ainda que o Estado já promoveu a majoração da alíquota no início de 2023 para 19%, representando a maior alíquota entre os estados do Sul e Sudeste. No tocante à reforma tributária, que pende de

aprovação pelo Congresso Nacional, é prematuro realizar qualquer movimentação enquanto não for definida a regra de distribuição da arrecadação do IBS. Portanto, a Acipg reitera que é contra qualquer hipótese de majoração de tributos e se manifesta contrária à aprovação do projeto, considerando os iminentes prejuízos aos setores econômicos e aos consumidores do nosso Estado. E é por conta disso tudo que o meu posicionamento é contrário ao aumento de impostos, do aumento do ICMS, da alíquota modal aqui no Estado do Paraná. Eu não venho aqui para esta tribuna, eu não fui eleita pela população paranaense para defender Governo nenhum, governante nenhum, eu vim aqui para defender a nossa população, eu vim aqui pelos 97% da população que na pesquisa diz que é contra o aumento do ICMS. E eu acho que nós aqui, enquanto representantes do povo, porque esta é a Casa do povo, nós temos que ouvir a nossa população e não Governo nenhum. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados e Deputadas, a título de informação. Hoje pela manhã a Mesa Executiva assinou com a Fundação Getúlio Vargas o contrato para o concurso que vamos promover aqui na Assembleia Legislativa. Provavelmente no primeiro trimestre do ano que vem já estabeleceremos o dia da prova para o concurso público, onde estamos abrindo 150 vagas. Então o edital está sendo elaborado, e quero crer que nos próximos 90 dias já teremos, enfim, a prova aplicada para o concurso público. Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo que cumprimento a nossa população que acompanha esta sessão, mesmo a distância, em especial quem está aqui presente acompanhando a sessão, os funcionários e funcionárias de escolas, também servidores e servidoras de outras secretarias, as universidades que estão aqui presentes também, e que fizeram um trabalho de mobilização, um trabalho intenso, e fez com que projetos chegassem aqui na Casa. Como as universidades, o Andes, com suas várias entidades sindicais, e os demais sindicatos que representam também os docentes, os técnicos das universidades, fizeram esse trabalho bonito. E o projeto está aqui, estamos votando, e queremos que seja

implementado o mais rápido possível para o bem das nossas universidades, dos nossos servidores e servidoras, e para o bem do Paraná. Da mesma forma, quero cumprimentar os funcionários e funcionárias de escolas que, junto com a direção da APP, os núcleos sindicais, a direção estadual, fizeram também com que esse projeto chegassem aqui, conversando com diferentes Deputados, Deputadas, conversando com os diferentes Secretários de Governo, e o projeto chegou aqui. Depois que o projeto foi lido e distribuído, detectamos, junto com a direção da APP-Sindicato - e vários funcionários e funcionárias de escolas de diferentes municípios também detectaram -, que tem alguns problemas no projeto que precisam de serem reparados, resolvidos. E aí formulamos, junto com a direção da APP, está aqui a Professora Walkiria, também está aqui a Bete, que é a secretária de funcionários e funcionárias de escolas da APP, construímos com a Oposição. Os Deputados e Deputadas da Oposição assinam então quatro emendas. Uma delas é para tratar do enquadramento, para corrigir distorção. Os funcionários mais antigos e aqueles que já estão aposentados receberiam apenas, como agente educacional I, como a Celina, receberiam apenas R\$ 9,57. Corrigindo aqui, a Celina é agente II. A Bete, a Bete é agente II. A Bete, com 30 anos de carreira, receberia apenas R\$ 18. Mas quem é agente I, citar o Bittencourt, que já foi também dirigente da APP, esse já está com mais de 30 anos de carreira, esse é R\$ 9,57 apenas. E assim como eles têm 5 mil 894 servidores da educação na ativa. Isso dos 15 mil funcionários. Então, é um terço, é mais que um terço dos funcionários que estão lá na classe 36. Os aposentados somam 2 mil 891. Então, estamos propondo uma alteração para fazer igual foi feito para o Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE que, em abril deste ano, entrou em vigor o Plano de Carreira alterado com uma tabela igualzinha. Queremos igualdade. Não precisa ser maior, tem que ser pelo menos igual. Então, por isso essa emenda e pedimos o apoio. Outra emenda já trata da progressão. Primeiro enquadrar, fazendo justiça a quem já está no final da carreira, depois temos progressão e promoção. No projeto está junto progressão e promoção no mesmo artigo, não pode estar. Então, foi separado, uma emenda separada, porque metade dos funcionários têm progressão no ano par e outra metade no ano ímpar.

Não pode juntar tudo em um lugar só. E também o tempo para fazer progressão é preciso contar para além do tempo de estatutário. É preciso contar o tempo que era CLT, o tempo que foi contratado pela Paranaeducação, o tempo que foi contratado pela Adeja, o tempo contratado também como PSS. Então, todo esse tempo tem que estar considerado. Não pode considerar só quando tomou posse do concurso, porque aí vai demorar 12 anos para este que já está no final da carreira chegar de novo no final da carreira. E alguns já estão com mais de 30 anos de serviço, não vai conseguir aguardar 12 anos para chegar no final da carreira. Como foi feito para os funcionários do Quadro Próprio do Poder Executivo queremos que seja feito para os funcionários de escolas, porque eles não fazem uma função inferior ao das outras secretarias. Queremos justiça. A outra emenda que apresentamos, aqui pela Oposição é na Tabela do agente educacional II, para ficar exatamente igual à tabela dos funcionários do QPPE, das outras secretarias. Por que na Secretaria de Educação tem que ter uma tabela com salário menor para os funcionários agente II? Será possível que alguém pense que os funcionários de escolas fazem um trabalho menor, menos complexo do que outras secretarias? Essa tabela precisa ser mudada. Por isso esta emenda aqui. Por último uma emenda, porque aqui o Governo está mexendo no período noturno. Um funcionário que trabalha após as 18 horas no Estado do Paraná recebe um adicional chamado *período noturno*. O Governo está mudando para 19 horas, mas as escolas começam com funcionários às 18 horas, porque o funcionário chega lá para limpar a escola, chega lá para preparar a cozinha, para fazer a merenda, chega lá para abrir o portão da escola para receber os estudantes. Se o professor começa às 19 horas, o funcionário começa às 18 horas. E por que o Governo achou que tem que tomar uma hora do funcionário? Está errado. Por isso esta emenda, para permanecer o período noturno que acresce 20% a mais no trabalho feito à noite, após as 18 horas. Não é às 19 horas, é às 18 horas. Então, essa emenda também corrige essa distorção. Então, são quatro emendas debatidas com a direção da APP-Sindicato, depois de ouvirmos também vários funcionários e funcionárias que mandaram mensagens, que telefonaram para gente. Então, essas emendas são importantes e precisam

constar no projeto, por isso protocolamos hoje essas emendas. Queremos aprovar o projeto com essas modificações para fazer justiça aos funcionários e funcionárias de escolas, que são mais de 15 mil funcionários e funcionárias e que, junto conosco professores e professoras, fazem um trabalho importantíssimo para qualidade da educação no Estado do Paraná. Qualidade da educação, o Ideb não cresce, a qualidade não melhora, o Ideb não cresce por acaso, tem a ação dos professores e professoras, dos funcionários e funcionárias de escola. Funcionário de escola é educador; funcionária de escola é educadora. Por isso, precisa de toda atenção desta Assembleia e precisam também da atenção do Governo do Estado. Por isso as emendas são importantes. Quero, mais uma vez, parabenizar os funcionários e funcionárias que, junto com a direção da APP, vêm fazendo essa mobilização, fizeram chegar o projeto na Assembleia. Trouxe agora para nós a sugestão de emendas e queremos que essas emendas sejam acolhidas para que possamos terminar o ano mais alegre do que começamos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, penso que hoje é um dia de fazer encaminhamentos em relação aos Projetos de Lei que estão na pauta. E como já foi até dito aqui pelo Deputado Professor Lemos, que falou sobre justamente o cumprimento de um entendimento que a Bancada de apoio ao Governo nesta Casa teve com o Governador do Estado, sabemos que têm temas que têm que ser corrigidos e, obviamente, serão ajustados ao longo desse processo da regulamentação da lei. Indiscutivelmente, a Bancada do PSD está muito satisfeita pelo cumprimento daquilo que foi o entendimento com os demais Deputados que integram a Base de Apoio ao Governo, liderados pelo nosso Líder Hussein Bakri e com apoio de todos os outros membros desta Casa, inclusive do Presidente Ademar Traiano, para que o projeto do QFEB viesse a esta Casa para poder ser votado e pudéssemos fazer a correção de uma categoria de servidores que têm um papel fundamental. Ao mesmo tempo, também veio a esta Casa, fruto também de um grande debate, de uma grande discussão, que foi liderado pelo Professor Aldo Bona, que é o nosso

Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Projeto de Lei que efetivamente promove uma adequação, um equilíbrio, na verdade, nos salários dos docentes do ensino superior no Estado do Paraná. Pode não ser a melhor opção, mas, efetivamente, há um grande avanço. Ainda há temas que estão sendo tratados, Deputado Tercilio tem discutido isso, mas certamente o Governo terá sensibilidade para fazer os ajustes que são necessários no tempo certo. Quero dizer a V.Ex.^{as} que venho à tribuna porque hoje vamos votar um Projeto da minha autoria, do Deputado Alexandre Curi, do Deputado Ademar Traiano e diversos outros parlamentares, que faz a distribuição justa do valor adicionado, ou seja, daquilo que vai compor a receita gerada pelo funcionamento da fábrica da Klabin na Região de Ortigueira. Como todos sabem, foi feita ali uma grande pactuação e, no tempo adequado, faremos os encaminhamentos da votação do Projeto e das emendas. O que queria dizer a V.Ex.^{as} aqui é que estive estudando essa questão que foi tratada, onde o Governo enviou a esta Casa um Projeto de Lei para fazer uma adequação da alíquota do ICMS, da alíquota modal de 19 para 19,5%, e fazendo também a retirada de 7 mil e 500 produtos que estão em substituição tributária, fazendo a redução da alíquota do gás natural que serve à indústria de 18 para 12, e do GNV, que é veicular, de 18 para 12%. Isso vai gerar de fato alguns avanços e, ao mesmo tempo, é o seguinte minha gente: o nosso País luta para poder ter déficit zero, para fazer com que haja equilíbrio nas contas públicas. Se temos que fazer agora e sabemos que o plano do QFEB terá um impacto anual em torno de R\$ 90 milhões, sabemos que temos que ter receita para fazer efetivamente esses pagamentos que têm que ser feitos ao conjunto dos servidores e de toda a gestão pública. O fato concreto é que, ao longo desse período, temos construído soluções e o Paraná tem equilíbrio fiscal hoje. Nunca podemos perder justamente a nossa capacidade de investimento e, além do que, manter as nossas contas em dia. Por isso que é necessário votarmos o Projeto. Queria só muito rapidamente trazer a V.Ex.^{as} um comparativo que penso eu que muitas pessoas do setor produtivo abordaram aos Parlamentares desta Casa, fazendo comparativos especialmente com Santa Catarina e dizendo assim: “*Olha, o Paraná vai perder as empresas para Santa Catarina*”. Pois quero dizer o seguinte: se eu dissesse aqui

hoje, Deputada Cloara, que Santa Catarina tem uma carga tributária de ICMS 26% superior a do Paraná muitos vão ficar incrédulos do que estou dizendo. Mas vou dar um dado aqui: nos últimos 12 meses, o Paraná arrecadou, Deputado Nelson Justus, R\$ 42 bilhões, o Rio Grande do Sul R\$ 43 bilhões e 433 milhões, e Santa Catarina R\$ 35 bilhões 218 milhões, ou seja, Santa Catarina tem 7 milhões 610 mil habitantes, o Paraná tem 11 milhões 444 mil habitantes e o Rio Grande do Sul 10 milhões 882 mil habitantes. Qual é a questão objetiva que estou dizendo? A carga tributária de ICMS em Santa Catarina é 26% superior do que tem as empresas do Paraná na economia. Acho que todos estão compreendendo. O Rio Grande do Sul tem uma carga tributária de ICMS 8,5% superior a do Paraná. Agora por que o Paraná tem a menor geração de imposto proporcionalmente em relação aos outros Estados? Porque temos uma economia onde o Governo apoia as cadeias produtivas, onde temos efetivamente basta ver, a *Folha de São Paulo* publicou inclusive o gráfico de desonerações que temos na nossa economia, temos redução de base de cálculo de diversas cadeias produtivas e, olha, não precisa ir longe não, é só dar um *Google* ou falar para o *Google* e dizer o seguinte: *Google, qual é o Estado da Federação Brasileira que tem a melhor lei para favorecer a micro e pequena empresa, que gera menor carga tributária?* Pode fazer o teste quem tiver dúvida, vai dizer lá: *É o Paraná*. O Paraná tem a menor alíquota média para micro e pequena empresa, que dá 4,66%. Estou dizendo isso a V.Ex.^{as}, porque queria dizer que a Bancada do PSD, creio eu, na sua unanimidade ou pelo menos na sua imensa maioria vai votar integralmente pela proposta vinda do Governo do Estado, porque o Governo do Estado avaliou muito bem isso. Temos uma gestão financeira responsável, tributária também. Não estamos impondo ao setor produtivo do Paraná nenhuma carga tributária que seja desfavorável. Aliás, quando muitos falam que *“as empresas vão mudar para Santa Catarina”*. Não. O que tem acontecido muito é que pessoas ricas, especialmente os muito ricos, compram belos apartamentos no Balneário de Camboriú, aí compram BMW, compram Mercedes Benz, carros caros de 300, 400, R\$ 500 mil e resolvem emplacar o carro em Santa Catarina, com o endereço do apartamento, para pegar menor tarifa de IPVA. Reconheço isso. Agora do ponto de vista do crescimento

econômico, minha gente, nada mais falacioso. O Paraná cresceu no primeiro semestre, o PIB nosso cresceu, Deputado Antenor, 8,6% no primeiro semestre. Aliás, a economia do Brasil em um todo está indo muito bem, está em torno de 3%. Sabe quanto cresceu Santa Catarina no primeiro semestre, Deputado Luís Corti? Dois ponto dois. Ou seja, temos política tributária, conseguimos fazer com que as empresas paranaenses tenham investimentos, temos uma política em que quando um segmento da economia apresenta qualquer estado que tenha uma melhor condição do que o Paraná, o Paraná faz a adequação, faz o equilíbrio justamente da alíquota ou da carga tributária naquele segmento econômico. O Paraná não promove a guerra fiscal, mas se defende dela. Por outro lado, temos que manter em dia as nossas contas públicas e vou repetir: Santa Catarina tem uma carga tributária de ICMS 26% do que tem o Paraná, e o Rio Grande do Sul 8,5%. Então, peço o apoio, o voto. Votem absolutamente tranquilos com as suas consciências, porque não estamos impondo nenhum sacrifício nem à sociedade paranaense e muito menos ao setor produtivo do Paraná. Muito obrigado a todas e todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados e Deputadas, passo à leitura de quatro novas mensagens que acabam de chegar aqui a Casa. **Mensagem n.º 221/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 1048/2023)** que dispõe sobre a dispensa do estorno o crédito e do recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação. Essa mensagem tem o objetivo de atender a Cooperativa Cocari em função de incêndios que ocorreram. Outra mensagem: **Mensagem n.º 219/2023**, do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa decretos estaduais que prorrogam o prazo e pagamento e Imposto sobre Operações Relativa à Circulação de Mercadoria e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, considerando as externalidades climáticas que ocasionaram danos aos Municípios Paranaenses; Outra mensagem: **Mensagem n.º 218/2023**, do

Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 1056/2023**), que autoriza o Poder Executivo, por meio da Universidade Estadual de Maringá, a efetuar a doação, ao Município de Maringá do imóvel que especifica; Próxima mensagem: **Mensagem n.º 220/2023**, do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 1057/2023**), que autoriza o Poder Executivo, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagem, a efetuar a doação ao Município e Guairaçá, o imóvel que especifica.

Próximo orador, Deputado Paulo Gomes. Ok. Já haviam me informado, disseram que V.Ex.^a ia falar nesse horário. Deputado Requião, pela Liderança da Oposição. Deputado Requião está dando entrevista? É o seu horário.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, vou usar o horário da Oposição, enquanto o Deputado Requião chega.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Eu subo na tribuna aqui hoje para falar de ICMS, aumento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços no Estado do Paraná pelo segundo ano consecutivo. De forma atropelada, de forma ligeira, não transparente, o Governo do Paraná envia para esta Casa um projeto que aumenta a alíquota em meio ponto. O ano passado já aumentou um ponto. Com isso, o ICMS do Paraná passa a ter a alíquota geral de 19,5. E esse aumento afeta a vida do povo paranaense como um todo, dos 399 municípios, e a Base do Governo usa discursos dizendo que não encarece a vida do povo e que não está propondo nada de forma extrapolada. Gente, vamos ser sinceros. O Paraná, segundo as bravatas e as propagandas do Governo do Estado, arrota um superávit. O Governador deu entrevista para *Folha de São Paulo* dizendo que o PIB do Paraná cresceu 8,6%. Se o PIB cresce 8,6%, obviamente a arrecadação cresce no mínimo a 8,6%, ou seja, vai se arrecadar mais e vamos ter mais imposto, não precisa aumentar a alíquota. No entanto, o que cresce mais que os impostos

arrecadados são as renúncias, que no ano que vem vai perfazer o valor de R\$ 20 bilhões. De um total de 43, quase 50% de renúncia, sem o mecanismo transparente, eficiente, de controle e para ver se está tendo retorno para as pessoas na geração de emprego e renda. A renúncia é um instrumento que quando usada de forma legal e transparente traz o bem para o Estado, mas aqui no Paraná ela é objetivo de ofuscamento da política. Não se sabe, tem que entrar na justiça para saber quem são as pessoas beneficiadas. E olhem só: no ano de 2019, o Paraná arrecadava 30 e renunciava 10, no primeiro ano do Governo Ratinho; no ano de 2022, o Paraná arrecadava 40 e renunciava 17; no ano de 2024, 43 para renunciar quase 21. E o que me traz aqui? Apontar as contradições desse desgoverno Ratinho Júnior, estagiário, que está alocado no Palácio do Iguaçu. Olhem só: mandou para cá a LDO. Este documento aqui. E neste documento ele coloca que a arrecadação do Paraná será 56,9. No mesmo mês veio a LOA. Arrecadação do Paraná: 58,9 – 2 bi a mais. E manda um Projeto de Lei para cá com a justificativa que vamos ter dificuldade financeira, prevendo mudanças quanto a uma provável perda de arrecadação por conta da reforma tributária nacional. Gente, isso é oportunismo, isso é um crime contra o povo paranaense. Eu apresentei emendas aqui e vou falar de uma delas. A primeira emenda é inibindo qualquer tipo de aumento tramitando em forma de regime de urgência aqui nesta Casa. A segunda emenda é fazendo com que a alíquota caia de 19,5 para 17, para se equipar a Santa Catarina e não perdemos as empresas para Santa Catarina. Ouvi discursos aqui dizendo que nós só perdemos turistas para praia. Não é verdade, perdemos empresas. Eu moro em uma cidade, que é a cidade de Apucarana, que tem a economia baseada em grande parte na questão têxtil e muitas delas foram para Santa Catarina sim. Temos até empresas de boné, onde Apucarana é *Capital Nacional do Boné*, que se deslocaram para Santa Catarina por conta do ICMS. Vocês imaginam o que vai acontecer agora? Ainda mais. Portanto, o que temos colocado aqui é a prudência, que falta ao Governo do Estado. A energia elétrica no Paraná vai ficar 1% mais cara. Nós já perdemos concorrência para o Norte Paraguaio, para o Oeste Argentino, por conta do preço da energia elétrica. Nós vamos ter ainda mais expulsão de empresas, de

indústrias de transformação. Quem for hoje na divisa Paraná com Santa Catarina vai ver do que estou falando, de grandes empresas que consomem energia instaladas no Paraguai por conta do valor da tarifa. Mas o Ratinho fez um favor para os empresários: além de vender a Copel para encarecer a tarifa, no mesmo ano aumentou a alíquota de ICMS da energia elétrica. Este é o Paraná inovador ou o *Paraná com dor?* É o *Paraná com dor* do Governador Ratinho Júnior, que não teve a coragem de vir na eleição que ocorreu no ano passado e falar assim: *Eu vou aumentar o imposto. Eu vim aqui para aumentar o imposto. No ano que vem, eu vou me eleger e vou aumentar o ICMS e vou tornar o ICMS mais caro do Brasil, bem mais caro que Santa Catarina.* E nós vamos agora dar um título para Santa Catarina. O Governador do Paraná Ratinho Júnior, que arrota por aí que é candidato a Presidente da República está mentindo, ele é candidato a Governador de Santa Catarina, porque eu nunca vi gostar tanto de Santa Catarina como o Governador Ratinho Júnior. Está favorecendo as empresas, está favorecendo os portos de Santa Catarina porque está privatizando o Porto de Paranaguá. Está favorecendo Santa Catarina porque está voltando um pedágio caro. Está favorecendo Santa Catarina porque está privatizando o esgotamento sanitário do Paraná. Tudo isso empurra para o Estado de Santa Catarina as nossas empresas e a nossa economia. E agora vir aqui falar que o aumento não impacta na vida do povo paranaense, dos empresários? Por que vocês acham que a Fiep, a Faep, as associações comerciais estão contra se não impacta? É justamente, Deputado Maurício, porque impacta. Concedo a V.Ex.^a o aparte.

Deputado Requião Filho (PT): A grande vantagem nessa discussão é que, segundo pesquisas da própria Faciap e de outras organizações, está muito claro para o povo do Paraná: 71% dos paranaenses atribuem o aumento de imposto à vontade do Governador Ratinho Júnior. Desta vez eles não vão conseguir colocar a culpa em ninguém. A culpa é do Governador que escolheu aumentar impostos. E vai prejudicar micro, pequenas e médias empresas que geram 8 em cada 10 empregos paranaenses. O impacto será enorme na nossa economia, podendo fechar portas de comércios, demitir pessoas, levar pessoas que têm carteira assinada para o mercado paralelo, vai ser a uberização, mas para o Governador

não tem problema porque ele conta MEI como emprego. Ele acha que o motorista de Uber tem plano de saúde, tem décimo terceiro, tem direito a férias. Nós temos que cuidar da economia paranaense. Ser contra neste momento o aumento de ICMS é ser a favor do povo do Paraná, é ser a favor da nossa economia, é uma questão de responsabilidade, é uma questão de cuidado com o povo paranaense. Se há um rombo de caixa, porque se há aumento de imposto é para cobrir rombo de caixa, que seja revista a tabela de isenções dos *amigos do rei*. São quase R\$ 20 bilhões de isenções. Dez por cento disso dá quase todo aumento que eles vão conseguir aumentando a alíquota aqui e prejudicando pequenos empresários, 20% de revisão da isenção resolve qualquer problema de caixa do Sr. Governador, e ele vai poder fazer muito mais propaganda depois para conseguir convencer o povo deste absurdo que ele está fazendo no nosso Estado. Era isso! Muito obrigado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deputado Maurício, segundo o próprio Governo, o aumento na alíquota de ICMS é para ter um aumento de arrecadação em torno de 1 bi. Se temos uma renúncia de 20, que vai chegar a quase 21, na verdade, depois de executada, bastava uma reforma no modelo de renúncia e conseguíramos um aumento, mas o problema é que as informações não batem e que os valores de arrecadação do Governo estão aumentando a cada ano! Não é verdade que estamos com problema financeiro, até porque o Governo estampou na *Folha de São Paulo* e em outros jornais esta semana... Aliás, propaganda com logo da Copel e vou checar se a Copel... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Arilson, mais um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Propaganda com logo da Copel e vamos checar se é a Copel quem está pagando a propaganda, porque a Copel não é mais do Governo, a Copel é uma empresa agora com outros acionistas e, pelo jeito, pode estar bancando propaganda do Governo, falando que o Paraná tem uma saúde financeira, que é um canteiro de obras. Não, é um canteiro de destruição, de aumento de ICMS, de pedágio caro, de privatização do Porto de

Paranaguá, de entrega da Ferroeste, de privatização do esgotamento sanitário e, mais do que isso, de desinvestimento na educação, de privatização de hospitais e de um menor investimento em segurança pública em relação ao orçamento da história dos três últimos Governos do Paraná. Esse é o Paraná do Ratinho Júnior e é esse o Paraná que está sendo pressionado aqui hoje a votar esta aberração deste aumento abusivo. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, colegas, acho que escárnio, ofensa ao povo brasileiro é dar dinheiro para Cuba ou para Venezuela. Dar, não é emprestar! É dar! Isso sim é um escárnio, é um tapa na cara do povo brasileiro, principalmente porque nós queremos cada vez mais dinheiro no Estado e nos municípios. Hoje vemos a concentração da arrecadação em Brasília e cada cidadão está enxergando que pouco volta para nós. Essa que é a grande verdade! Quero terminar bem a última Sessão! Espírito de carinho, de amor, de respeito, como sempre tratei todos aqui, mas preciso dizer... E prestem atenção nossos Deputados que compõem a Base. E quero dizer aqui que ninguém é obrigado a votar com a Base. Aqui não existe faca no pescoço! Aqui ninguém é obrigado. Tanto é que vocês vão ver, vocês vão ver, Deputado Requião, que temos um número de 43 Deputados da Base e os votos vão ser menos. É assim! É a democracia. E temos que respeitar! Discordo um pouquinho de V.Ex.^a, Deputada Márcia, nesse aspecto. Ninguém é obrigado a votar, pode votar como quiser, qualquer um que está aqui! E Base existe em qualquer lugar do mundo, desde que nasci! Já era assim. Eu tinha 21 anos de idade, era um Vereador bonitinho na época, em União da Vitória, e meu Prefeito tinha uma Base, que era 5 contra 4. Fui Prefeito e tinha uma Base; sou Deputado e faço parte da Base. Amanhã não sei, posso fazer parte da Oposição. O Governo Requião já teve Base, o Governo Lula está emprestando todos os favores do mundo para trazer o centrão e definitivamente ter uma Base, que ainda não conseguiu ter, mesmo colocando à disposição seis Ministérios. Não conseguiu ter e não sei se vai ter! Aliás, quero fazer um desafio aqui, quero fazer um desafio público. Nos próximos três anos,

duvido que o Governo Lula não tenha que fazer uma intervenção para melhorar a sua arrecadação. Duvido. Quero fazer este desafio público, se não tenha que tomar uma medida impopular, porque o que se prevê pela frente são tempos difíceis no nosso País. E temos um Governador que não está pensando agora nele, está pensando nas próximas gerações, porque muito pouco aqui será efetivado neste mandato, gente! A decisão que o Governo está tomando aqui, o que o Deputado Romanelli falou, é para o futuro. Senão vejamos: a cada 10 milhões de repasse do ICMS são 200 milhões a menos de repasse do IBS no longo prazo. Temos que ter responsabilidade aqui, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. A nossa questão é muito menos do que meramente ter dinheiro no ano que vem ou não. É o futuro do Estado do Paraná! E vocês sabem que todo mundo quer! Fizemos uma mexida no QFEB... Aliás, quero abrir um parêntese, no ano que vem temos o compromisso de melhorar mais ainda. Fizemos uma mexida nas universidades, o Deputado Turini está aqui, o Deputado Tiago Amaral, Deputados que estão aqui, a Deputada Cloara, todos de Londrina fizeram uma intervenção, o Governador me ligou agora há pouco, que no ano que vem ele vai fazer um remanejamento para fazer uma realocação e voltar o *status quo*, o que era a questão dos médicos de plantão. Tudo isso custa dinheiro, gente! Tudo isso custa caro! Agora, temos que aprovar os Projetos aqui. Dos docentes não podemos prejudicar! Então, vamos deixar. E quero agradecer a contribuição dos Deputados que retiraram as emendas. Muito obrigado. E vai ser aprovado hoje o dos docentes. Parabéns a vocês. Obrigado, Deputados que retiraram. Quero agradecer a compreensão na questão do QFEB. Então, vamos poder avançar no dia de hoje. Olha, gente, não estão fáceis estes dias para nós! Tantos Projetos aqui, muita coisa para resolver e...

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Hussein, sobre o QFEB... Agradeço a V.Ex.^a pelo aparte. Quero indagar a V.Ex.^a, porque chegou ao seu conhecimento, como chegou a conhecimento de todos os Deputados e Deputadas, que houve ali problemas na construção, no modelo que foi enviado aqui em relação às classes. Então, sabemos que foi feito um esforço de V.Ex.^a muito intenso, trabalhou por esta matéria, mas não ficou na condição que seria a mínima condição necessária

para que pudesse de fato valorizar este público que tão bem faz à educação do Paraná. Pergunto a V.Ex.^a: Temos a possibilidade logo no início do próximo semestre de resolver isso?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero primeiro ressaltar o papel de V.Ex.^a importante nessa luta, devo reconhecer. Os senhores têm o meu compromisso público aqui, o mesmo compromisso que cumpri no envio do QFEB para cá. Só preciso fazer um esclarecimento: Vocês virão a maneira que foi. Foi uma loucura a nossa vida ontem e foi trazido aqui, em relação aos art.^s 13 e 14, algo que precisa ser discutido. Vou fazer esta discussão com a Casa Civil, acho que temos toda a condição de avançar em cima disto e V.Ex.^a tem todo o meu compromisso para que possamos avançar. Está bom? E quero agradecer mais uma vez ao Deputado Tiago, ao Deputado Tercilio, à Deputada Cloara, ao Deputado Cobra Repórter, a todos que fazem parte da nossa bancada em Londrina. Muito obrigado. E as universidades então têm esta garantia. Acho que é uma grande vitória de vocês. Eles retiraram a emenda, então vamos poder aprovar; e vamos discutir no ano que vem a outra questão. E quero colocar a Liderança do Governo à disposição no ano que vem. Temos outras carreiras, gente! Vocês estão vendo o que está acontecendo! E temos outras carreiras. Só que precisamos do quê? De estrutura financeira. Então, quero agradecer a todos vocês aqui, agradecer a todos os Deputados que compõem a Base pela confiança e pedir hoje que nos apoiem com toda a tranquilidade do mundo. Conto com o voto de vocês em relação ao ICMS, que é uma pauta importante. O Governador está pensando no futuro das próximas gerações. Podem votar com toda a confiança, porque é um voto seguro. Muito obrigado. Quero pedir aos nossos colegas que ainda não registraram a presença, por gentileza. Cadê a minha assessoria?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou

através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD) Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhrer (UNIÃO) e Tiago Amaral (PSD) (53 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Gilson de Souza (PL), conforme art. 168 incisos IV e III do Regimento Interno (1 Parlamentar).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 1051/2023**, do Deputado Marcel Micheletto, que concede o título de utilidade pública à Associação Programa Oeste em Desenvolvimento, com sede no município de Cascavel; **Autuado sob o n.º 1052/2023**, do Deputado Anibelli Neto, que concede o título de Capital Estadual do Maracujá ao município de Morretes e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 1053/2023**, do Deputado Ney Leprevost, que altera a Lei Estadual n.º 15.608, de 16 de agosto de 2007 (Lei Estadual de Licitações e Contratos Administrativos), a fim de garantir e preservar os direitos adquiridos nas convenções coletivas do trabalho; **Autuado sob o n.º 1055/2023**, do Deputado

Paulo Gomes, que dispõe sobre a criação da Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Apoiados.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputada Flávia.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Estou aqui ao seu lado. Aqui, olha para mim. Pela ordem, de forma muito breve, gostaria de apresentar um resumo anual de atividades da Comissão de Redação. Foram 58 sessões ordinárias, onde apreciamos 177 projetos; desses, 143 foram de Parlamentares, correspondendo a 80,79% dos projetos analisados pela Comissão. Destacamos também a apreciação de 28 projetos do Poder Executivo, correspondendo a 15,82% dos projetos analisados. Na condição de Presidente, agradeço aos Deputados membros da Comissão pelo apoio costumeiro. Para nós foi um ano de adaptação e de muito trabalho. Seguimos à disposição de todos os Parlamentares, com o objetivo de tornar o processo legislativo cada vez mais célere. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, antes de iniciarmos a pauta, faço um comunicado para que todos ignorem o Item 6 da pauta. Este Projeto chegou na Casa apenas na sexta-feira, não houve tempo suficiente para a análise e, portanto, foi de forma errônea incluído na pauta. Ele não será discutido no dia de hoje e ficará para o ano que vem.

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 71/2023, de autoria dos Deputados Batatinha, Anibelli Neto, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Samuel Dantas e Thiago Bührer, que institui o Dia da Mulher na Ciência, a ser comemorado anualmente na data de 11 de fevereiro. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Ciência,

Tecnologia e Ensino Superior. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Gugu, por favor, seu voto, Deputado Romanelli, Ney Leprevost, Requião Filho, Deputado Alisson. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (49 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Gilson de Souza, Ney Leprevost, Samuel Dantas e Tiago Amaral (5 Deputados).]** Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 71/2023.**

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 825/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 162/2023, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2024 a 2027, e dá outras providências. Parecer favorável da Comissão de Orçamento na forma do substitutivo geral. Vamos submeter ao voto o Projeto na forma do Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Anibelli, seu voto, por favor, Deputado Jacovós e Reichembach. O Deputado Anibelli votou. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (49 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Gilson de Souza, Ney Leprevost, Samuel Dantas e Tiago Amaral (5 Deputados).]**

Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (48 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Del. Jacovós, Gilson de Souza, Ney Leprevost, Samuel Dantas e Tiago Amaral (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Substitutivo Geral.

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 826/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^o 163/2023, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2024. Parecer favorável da Comissão de Orçamento na forma do Substitutivo Geral. Vamos submeter ao voto o Projeto na forma do Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Voto “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Jacovós, Marcel Micheletto, Reichembach, Ricardo Arruda. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (40 Deputados); Votaram**

Não: Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (8 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Gilson de Souza, Ney Leprevost, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Tiago Amaral (6 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e 8 votos contrários, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 840/2023, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná e reconhece a importância da Expofeira Mulher de Francisco Beltrão. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Voto “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Batatinha, o seu voto.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Registrar o meu voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Reichembach. Delegado Tito, Deputado Ricardo Arruda e Soldado Adriano. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (50 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Gilson de Souza, Ney Leprevost e Tiago Amaral (4 Deputados).] Com 50

votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 840/2023.**

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 1021/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 204/2023, que altera dispositivos da Lei n.º 11.713, de 7 de maio de 1997, que dispõe sobre as carreiras do pessoal docente e técnico-administrativo das instituições de ensino superior do Estado do Paraná, dispõe sobre o plantão docente e plantão docente de sobreaviso no âmbito das Universidades Estaduais do Estado do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de Urgência. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvadas as emendas. Para encaminhar, Deputado Tercilio; na sequência, Deputado Arilson.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): Deputado Traiano, Deputados e Deputadas, este Projeto trata não só da alteração da carreira dos docentes, que é um item importante, porque melhora realmente a carreira dos docentes, uma reivindicação que já vem de muito tempo e logicamente que vai ter o apoio, com certeza, de todos os Deputados e Deputadas. Mas este Projeto trata também de alterações dos plantões dos hospitais universitários, tanto os plantões presenciais como os plantões de sobreaviso ou plantões a distância, como queiram. Fizemos ao longo dessas últimas semanas uma longa discussão. Quero registrar que aqui sempre tivemos o apoio do nosso Líder, o Deputado Hussein Bakri. Queremos agradecer ao Hussein Bakri. Nesta discussão, tivemos aqui o apoio também de inúmeros Deputados. Conversamos várias vezes com o Deputado Tiago Amaral, com o Cobra, com a Cloara, com o Deputado Romanelli, com o Deputado Evandro Araújo, com o Deputado Pacheco e acabamos fazendo cinco emendas neste Projeto. Ontem fizemos uma longa discussão com o Ian, conversamos duas vezes com o Secretário Beto Preto e hoje conversamos duas vezes com o Secretário Ortega. Olha, do jeito que estava, realmente comprometia o funcionamento dos hospitais universitários. Chegamos no entendimento de que o Governo vai mandar um outro Projeto. Nós vamos aprovar hoje, mas vamos corrigir as distorções em um novo Projeto que o Governo vai mandar. Por quê? Nós temos algumas emendas que dependiam de impacto financeiro, como é a questão da previdência,

para levar também para a aposentadoria. Então, concordamos que o Governo, e aqui o próprio Líder do Governo já disse que o próprio Governador se comprometeu, já na primeira semana do mês de fevereiro, encaminhar um Projeto para nós realmente não deixarmos que os hospitais universitários possam ter problemas de funcionamento. Então, precisamos fazer algumas correções, e vamos retirar quatro emendas para não comprometer a aprovação e que poderiam trazer prejuízo na carreira dos docentes. Então, nesse sentido é tranquilizar o pessoal dos hospitais universitários e, principalmente, como se tratam de plantões dos docentes, os docentes, que vamos regulamentar a questão dos plantões docentes, tanto os presenciais como os de sobreaviso, que tem o compromisso aqui do Líder, a palavra do Líder e, também, a palavra do Ortega, que se empenhou para que chegássemos em um denominador comum. Então, Deputado Traiano, já encaminhamos o requerimento de retirar quatro emendas, e imaginamos que vamos solucionar no começo do ano essa questão dos plantões, para que não tenhamos nenhum prejuízo no funcionamento dos hospitais universitários. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, para encaminhar. Na sequência, Deputado Evandro.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, hoje finalmente teremos a votação do PL com aumento dos adicionais de titulação aos docentes das universidades. Eu quero agradecer aqui o empenho de todos os Deputados, da Oposição, da Situação, que se apoiaram nessa articulação. Relembrar que é uma luta de sete anos sem reposição, que agora inicia uma nova etapa de recuperação. E esta Casa aqui está sendo fundamental para corrigir essa injustiça ao longo dos últimos sete anos. Quero também agradecer aqui os sindicatos, a Adunioeste, o Sindiprol/Aduel, a Sesduem, a SindUEPG, o Sindunespar, a Adunicentro. Mais uma vez agradecer aqui o diálogo, a recomposição, na figura do Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri. Nós apresentamos uma emenda, a emenda número 01, que altera o § 2.º do art.11, que autoriza que todos os servidores participem da questão dos plantões. Então, é uma data importante a

ser comemorada para a Universidade pública, para a carreira de docente e para corrigir algumas distorções. Nossa voto será “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Evandro, para encaminhar.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, corroborando também com o discurso do Deputado Tercilio Turini e do Deputado Arilson, quero aqui mencionar a satisfação de votar essa matéria hoje. Todos sabem, acompanharam a nossa trajetória na Casa, que ao longo dos anos temos defendido que houvesse essa alteração e esse avanço na carreira docente, como também trabalhamos, e V.Ex.^a foi fundamental, o ano passado, quando suspendeu a sessão para votarmos a questão dos técnicos. Então, Presidente, hoje aqui estamos fazendo uma justiça. E eu quero só fazer um comentário. Dizer que nos últimos anos, infelizmente, não sei por que, adotou-se uma postura de preconceito em relação às universidades. E nós sabemos que aquilo que as universidades fazem, infelizmente, outras instituições, eu digo as universidades públicas, não conseguem fazer, os números na pesquisa e extensão, ensino pesquisa e extensão são fundamentais, e o Paraná não pode perder essa característica de ter universidades pujantes, fortes, bem ranqueadas. E um dos mecanismos de segurar cérebros nessas universidades é reconhecermos a carreira deles. Presidente, se tem algo para ser corrigido, que seja corrigido, que tenhamos mais controle social, que fiscalizemos mais, Deputado Hussein, que possamos ter cada dia mais transparência, que cobremos das Universidades, mas que jamais *joguemos a água da bacia com a criança junto*, Presidente. É fundamental o que estamos fazendo hoje aqui por questão de justiça, fazer de fato o avanço, que era histórico e necessário na carreira docente. Então, parabéns a esta Casa, parabéns ao Governo, o Secretário Aldo foi fundamental para isso, os sindicatos, enfim, todos os Deputados e Deputadas, para que votássemos essa matéria hoje nesta tarde. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, vamos então à votação do Projeto, ressalvada as emendas. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”, e vai ser por unanimidade. Tenho certeza.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Vereador de Toledo, Jozimar Polasso, por solicitação do Deputado Luís Corti. Seja bem-vindo. Vamos votar, Sr.^s Deputados, que a tarde hoje é longa e a noite também. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (49 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Gilson de Souza, Goura, Ney Leprevost e Tiago Amaral (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 1021/2023.**

Agora vamos submeter ao voto o Requerimento que solicita destaque para as Emendas n.^{os} 1, 2 e 8 na forma de Subemenda: **Requerimento n.^º 3391/2023**, do Deputado Hussein Bakri, requerendo destaque das emendas sob os n.^{os} 1, 2 e 8, na forma da subemenda da CCJ, e votação em bloco das emendas sob os n.^{os} 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10 apresentadas ao Projeto de Lei n.^º 1021/2023.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pediria à nossa Base a aprovação do Requerimento, porque preciso fazer este destaque para não prejudicar o Projeto, para que ele possa seguir. Então, pediria voto “sim”.

DEPUTADO GOURA (PDT): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Só registrar o meu voto “sim”, por gentileza, na votação anterior.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Da mesma forma, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não. Devidamente registrado em Ata.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Dá para fazer simbólico o Requerimento, Sr. Presidente, se a Oposição concordar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok? O Requerimento pode ser simbólico? Então, Deputados que aprovam o Requerimento permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Agora vamos submeter, então, à votação à Subemenda da CCJ. Em discussão a Subemenda da CCJ. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Sempre informando que há Requerimento sobre a Mesa que retira as Emendas n.^{os} 3, 4, 5, 6 e 7: **Requerimento n.^º 3420/2023**, dos Deputados Tercílio Turini e Evandro Araújo, requerendo a **retirada das emendas de plenário protocoladas sob os n.^{os} 4, 5, 6 e 7** apresentadas ao Projeto de Lei n.^º 1021/2023: e **Requerimento n.^º 3421/2023**, do Deputado Gugu Bueno, requerendo a **retirada da Emenda de Plenário n.^º 3** apresentada ao Projeto de Lei n.^º 1021/2023.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Para quem não votou ainda, emendas importantes que melhoraram ainda mais o Projeto, o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Cantora Mara Lima e Marcio Pacheco. Deputada Maria Victoria

acaba de chegar. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (51 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Gilson de Souza e Ney Leprevost (3 Deputados).] Com 51 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovadas as Subemendas da CCJ.

Agora vamos submeter ao voto as Emendas n.^{os} 9 e 10. Em discussão as Emendas n.^{os} 9 e 10.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, tentei e fiz de tudo, quero justificar ao Líder da Oposição, mas não foi possível. Infelizmente, o nosso voto é “não”. Nós sempre tentamos construir, mas não deu. Portanto, o voto é “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Escutaram bem? O voto é “não” para aqueles que puderem da nossa Base.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Nós continuamos com o voto “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Os Deputados que ainda não votaram, o voto é “não”. Dá para rever o voto aqueles que votaram errado, dá para votar “não” ainda, dá tempo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Bazana.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Presidente, meu voto é "não".
Não estou conseguindo assinar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Flávia, "não"?
Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho e Tiago Amaral (11 Deputados); **Votaram Não:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (39 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Flavia Francischini, Gilson de Souza e Ney Leprevost (4 Deputados).] Com 11 votos favoráveis e 39 votos contrários, **estão rejeitadas as Emendas n.os 9 e 10.**

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 13/2023, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, Ministério Público, Ofício n.^º 1331/2023, que altera e acrescenta, na forma que especifica, dispositivos à Lei Complementar n.^º 85, de 27 de dezembro de 1999 - Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná. e dá outras providências. **Está retirado. (O Projeto não foi apreciado na Sessão anterior, prejudicando assim esta deliberação.)**

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 14/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 216/2023, que altera dispositivos da Lei Complementar n.^º 123, de 9 de setembro de 2008, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos do quadro dos funcionários da educação básica da rede Pública Estadual do Paraná e dá outras providências.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, a todos e a todas que acompanham a sessão, em especial aos funcionários e funcionárias de escolas da rede estadual do Paraná. Quero aqui ressaltar a importância de fazer justiça aos funcionários e funcionárias de escolas do Estado do Paraná. Esse é um projeto importante. Por isso que junto com os funcionários e funcionárias, junto com a direção da APP, conversamos com os Deputados da Oposição, Deputados que estão também se colocando como Deputados que não estão nem na oposição nem na situação, independentes e Deputados da Base do Governo, e foi assim uma aceitação coletiva e um trabalho de conjunto, aqui coordenado pelo Deputado Hussein Bakri, que é o Líder Governo, para convencer de que este projeto precisava chegar este ano. O projeto chegou. Aí observamos algumas imperfeições. Por isso que preparamos quatro emendas para fazer justiça aos funcionários. Não queremos que um funcionário que está como agente I, lá no final da carreira da classe 36, receba apenas R\$ 9,57 de acréscimo no salário. E também os agentes educacionais II, que estão no final de carreira, na classe 36, recebam apenas R\$ 18,55. Queremos que seja feito justiça aos nossos funcionários. Não queremos que nenhum funcionário de escola receba menos do que outros funcionários que trabalham em outras secretarias, que têm a mesma carga horária semanal de trabalho e têm a mesma formação que é exigida para ingresso no serviço público no Estado do Paraná. Então, por isso fizemos as emendas, queremos o apoio para que elas sejam acolhidas e o projeto, então, seja justo. Nós estávamos com uma informação de que poucos funcionários estavam no final da tabela. Na verdade, dos 7 mil 631 funcionários agente II, mais de 5 mil, 5 mil e 31 estão na classe. São 66% dos funcionários que estão lá na classe 36. Então, portanto, é a maioria que vai ficar com apenas R\$ 18,55 de diferença a mais no salário. E aí dos funcionários agente I são 803. Dos 7 mil e 700, 803, mas 803 que há muitos anos vêm trabalhando na educação, não podem ficar com R\$ 9,57 apenas de diferença. Queremos o enquadramento justo. Por isso uma emenda para o enquadramento. A outra

emenda é para corrigir a questão da progressão e promoção, porque demorar 12 anos, quem já está no final da carreira, para voltar ao final da carreira é tempo demais. Isso é injusto, por isso a correção. E a outra correção que fazemos é na tabela, porque a tabela também veio menor para o agente educacional II do que para o agente de execução do QPPE, veio com salário menor. Por que menor? A educação não faz um trabalho menor do que as outras funções do Estado. Então, portanto, estamos propondo justiça. E também para finalizar queremos que o adicional de tempo período noturno, que começa às 18 horas, continue começando às 18 horas, porque os funcionários chegam lá na escola até antes das 18 horas e seguem a noite trabalhando. Então, fica aqui, mais uma vez, o nosso agradecimento a todos os Deputados e Deputadas que fizeram um esforço muito grande para que esse projeto chegassem aqui, estão apoiando e concordam com essas emendas, querem que se faça um projeto de fato justo para os funcionários e funcionárias de escola. Então, pedimos o voto "sim" ao projeto e voto "sim" às quatro emendas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, a título de informação, e já vale para o Deputado Professor Lemos, porque estamos, neste primeiro momento, apenas discutindo a constitucionalidade. O Deputado Lemos já fez o encaminhamento de emendas, que é mérito. Então, na Sessão em que formos discutir novamente o tema, o encaminhamento já não caberá mais, porque já foi encaminhado agora. Então, faço essa orientação. As mensagens que estão em primeira votação, o encaminhamento é apenas na constitucionalidade. Então, vamos à votação do Projeto. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é "sim", Presidente.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Após encaminhamento inédito do Professor Lemos, a Oposição encaminha voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Requião, V.Ex.^a é um artista. Registro a presença na Casa da Vereadora de Guaíra, a Sr.^a Karina Bach, por solicitação do Deputado Gugu Bueno. Seja bem-vinda. Muitos

Deputados não votaram ainda: Deputado Alisson, Jacovós, Luís Corti, Nelson Justus, Ney Leprevost, Reichembach e Soldado Adriano.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Presidente, gostaria de solicitar a V.Ex.^a que tivesse um pouquinho de cuidado com as afirmações feitas, porque V.Ex.^a disse ao Deputado Lemos que ele encaminhou no horário errado. Certamente ele tentará encaminhar novamente no horário certo, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Boa sugestão, Deputado Artagão. Vou encerrar a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (48 Deputados); Votou Não: Hussein Bakri (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Del. Jacovós, Gilson de Souza, Nelson Justus e Ney Leprevost (5 Deputados).]** Com 48 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 14/2023. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Hussein Bakri, ao invés do voto contrário registrado no aplicativo de votações.)**

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O voto do Hussein Bakri é "não"? É isso, Presidente? O Hussein é "não", não é?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, quero retificar aqui. O meu voto saiu errado. Acontece, não é!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein, vou registrar em Ata seu voto "sim". Vossa Excelência está muito ocupado, preocupado, dá para compreender.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Posso explicar?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Claro.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Todos sabem da luta que fizemos pelo QFEB. Quero atribuir aqui a duas questões: primeiro a emoção de votar este projeto e atender todos esses Deputados aqui. E o segundo, sou um ser humano falível e erro e errei aqui, mas o voto é "sim", com muito orgulho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado.

ITEM 8 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 545/2021, de autoria dos Deputados Tercílio Turini, Alexandre Curi, Luiz Claudio Romanelli, Ademar Traiano, Evandro Araujo, Anibelli Neto e Maria Victoria, que altera a Lei n.º 9.491, de 21 de dezembro de 1990, que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS. Substitutivo geral da CCJ. Regime de Urgência.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Romanelli. Constitucionalidade, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Perfeitamente. Inclusive penso, Sr. Presidente, que devemos alterar o Regimento para que nos encaminhamentos no máximo o orador fale por cinco minutos, acho que isso reduziria bem aqui, mas não gastarei mais do que dois minutos para falar sobre a constitucionalidade. Estamos fazendo uma reparação histórica, obviamente com base na Constituição e na legislação complementar: a distribuição do ICMS para os 12 municípios que integram o Projeto Puma da Klabin. O que quero dizer, Sr. Presidente, ressaltar aqui na questão que envolve a constitucionalidade, é que não estamos tratando de um tema que embora pareça uma matéria de natureza tributária, ele não é. O que

estamos falando é do valor adicionado fiscal. E o conceito de valor adicionado não é tributário, e sim financeiro. Ele é voltado à avaliação da riqueza e não da arrecadação. Então, Ex.^{as}, quero muito objetivamente dizer que tudo que nós construímos, construímos com base na boa técnica legislativa, em um debate muito amplo feito com o Poder Executivo. E quero dizer a V.Ex.^{as} que o Governador do Estado foi consultado sobre a oportunidade dessa Lei e ele é favorável a essa Lei. Quero agradecer o Deputado Hussein Bakri, que ele e o Deputado Tiago Amaral representam o Município de Ortigueira, mas ele, obviamente, aqui está tendo a postura de estadista e sabe que cada um aqui está votando de acordo com o seu entendimento. Por isso, quero pedir o voto “sim” à constitucionalidade do Projeto. Nós articulamos uma emenda que também vai poder estender para outros arranjos produtivos essa solução dada para o Projeto Puma da Klabin, que vai beneficiar especificamente os 12 municípios, mas também outros arranjos produtivos que tenham convênios como esses que foram feitos. Então, quero pedir o voto “sim” em relação à constitucionalidade e à legalidade do Projeto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSD): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSD): Também reforçando os argumentos do Deputado Luiz Claudio Romanelli na questão da constitucionalidade, defendemos ela na CCJ, inclusive fiz o voto divergente nesse sentido. Dizer que é uma questão de justiça que fazemos aos municípios na distribuição do ICMS. Portanto, peço o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, só quero fazer um relato aqui o seguinte, eu e o Deputado Tiago Amaral ocupamos algumas funções importantes na Casa. Tivemos o maior respeito por todos os Deputados da Base, mesmo sendo ele Presidente da CCJ e eu Líder do Governo. Fizemos com extrema lisura no processo em respeito a todos os Deputados, e eu,

especificamente, em relação aos Deputados da Base que assinaram esse Projeto e querem esse Projeto. Só que tenho que ser sincero com a minha consciência: o Governo pediu que eu libere, a Bancada está liberada, que é um compromisso que o Governo pediu, mas eu, pessoalmente, peço a vênia dos Deputados e vou votar contra por entender que é inconstitucional, mas assim com toda a lisura que falei para todos desde o início desse processo. Eu entendo que esse Projeto é inconstitucional, é a minha posição, mas a Bancada está liberada em respeito que tenho a todos vocês e cada qual vota da sua forma. Esse é o respeito que temos pela Base, mas eu, pessoalmente, vou votar contra.

DEPUTADO MOACYR FADEL (PSD): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputado Moacyr Fadel.

DEPUTADO MOACYR FADEL (PSD): Presidente, em 2011, eu era Prefeito, então, junto com os demais prefeitos que fazem parte desse Projeto Puma, e foi em alto e bom som acordado, na época, que esse ICMS seria redistribuído. E não foi o que aconteceu. Eu não tenho interesse nenhum, fiz dois votos em Imbaú, diferente do Hussein que tem sua Base em Ortigueira, mas é uma questão de justiça onde os outros municípios com baixo IDH, com baixa renda não são beneficiados com o ICMS que foi acordado em 2011 e foi assinado em 2012. Então, peço aos companheiros, por uma questão de justiça à nossa região, a correção da distribuição do ICMS da Klabin.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Já disse que está liberado, cada um vota como quiser. Eu vou votar “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Ana Júlia, Luís Corti, Marcel Micheletto, Maria Victoria, Ney Leprevost e Samuel Dantas. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello,**

Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (48 Deputados); Votaram Não: Hussein Bakri, Paulo Gomes e Tiago Amaral (3 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Gilson de Souza e Marcel Micheletto (3 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e 3 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 545/2021.

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 319/2022, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra, que altera e acresce dispositivos conforme específica na Lei n.º 19.595, de 12 de julho de 2018, que institui benefícios para incentivar o aproveitamento de energia elétrica produzida por Microgeradores e Minigeradores de energia distribuída e adota outras providências. Parecer favorável da CCJ. Emenda da CCJ. Regime de Urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Senhor Presidente, é o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O seu voto... Ah, não, não constou aqui. Ok, Deputada. Deputado Gugu, Deputado Marcio e Reichembach ainda pendentes os votos. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes,*

Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (51 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Cristina Silvestri e Gilson de Souza (3 Deputados).] Com 51 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 319/2022. Cinquenta e dois votos com o voto da Deputada Cristina. Está aprovado o Projeto.

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 766/2023, de autoria dos Deputados Corti e Alexandre Curi, que reconhece o “Cavalo Campeiro – Marchador das Araucárias” como de relevante interesse histórico e cultural do Estado do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (49 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Del. Jacovós, Gilson de Souza e Renato Freitas (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 766/2023.*

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 953/2023, de autoria da Deputada Maria Victoria, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Moradias

Serra do Mar, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Cloara.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Só agradecer a todos, porque no ano de 2023 nós passamos de 113 Procuradorias para 140 Procuradorias. Foram 888 atendimentos em todo o Paraná. Aproveitando para desejar Feliz Natal e Feliz Ano Novo a todos os meus amigos e amigas aqui da Assembleia. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, por favor, Deputado Alexandre, Cloara, Delegado Tito, Douglas, Gugu, Luís Corti, Marcio Pacheco, Samuel Dantas, Soldado Adriano.

DEPUTADO ADÃO LITRO (PSD): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Adão.

DEPUTADO ADÃO LITRO (PSD): Hoje, como sendo o último dia de votação aqui na Casa de Leis do Paraná, venho aqui por questão de ordem, enquanto os Deputados estão votando, gostaria de aproveitar para parabenizar as atletas do Galo Futsal Sub-15 que conquistaram, na semana passada, em Toledo, o título de campeãs paranaenses. Além do título, a equipe se destacou com diversos prêmios individuais pelo desempenho de atleta e comissão técnica. O técnico Lucas Antonello recebeu o prêmio de melhor técnico da competição, enquanto a goleira Lauriane foi a menos vazada e a atleta Laura Lorenzetti foi a artilheira e melhor jogadora da competição. Uma conquista histórica que orgulha Dois Vizinhos. Parabéns a todos as atletas e ao Galo Futsal.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito

Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (50 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Gilson de Souza e Gugu Bueno (4 Deputados).] Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 953/2023.

ITEM 12 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 997/2023, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 2371/2023, que altera o valor de referência de custas extrajudiciais - VRCEXT para os atos extrajudiciais e os valores das tabelas do regimento de custas previstos na Lei n.º 6.149, de 9 de setembro de 1970. Em discussão. Em votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Preciso que os Deputados me escutem. Quero fazer um esclarecimento. Nós vamos votar aqui dois projetos do Tribunal de Justiça. Eu sou Líder do Governo, não represento o Tribunal de Justiça aqui, mas, costumeiramente, todos os Deputados sabem, que existe uma boa relação entre os Poderes e o Presidente ligou para mim e comunicou para V.Ex.^a, para Mesa, solicitando o apoio a este projeto, o Presidente ligou, tendo em vista que os cartórios tanto judiciais como extrajudiciais estão há dois anos sem a reposição da inflação. Esta é a realidade. Agora, cabe a cada um votar como a sua consciência mandar, mas a realidade é essa. O Presidente Tomasi Keppen nos ligou e nos informou e nos pediu esse apoio a esses dois projetos que tratam tão somente de reposição, Sr. Presidente, não tem nenhum aumento real, é a reposição do que os cartórios tiveram do IPCA nos últimos dois anos. Essa é a verdade. Agora, eu

peço voto “sim” e cada um vota conforme a sua consciência. Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Apenas para registrar, Sr. Presidente, que estamos votando a constitucionalidade e preciso falar que, como advogado, estranho a ausência de posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Paraná, em silêncio no que toca ao tema das custas. Nós estamos acostumados, Deputado Romanelli, a sempre acompanhar posicionamentos da Ordem e preciso ressaltar aqui a minha absoluta surpresa com a ausência de posição.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Olha o Deputado Denian querendo atrapalhar a indicação...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Presidente, para encaminhar, enquanto está na votação para responder ao Deputado Denian. Aqui houve um grande debate, Deputado Denian, há dois anos, quando o Ex-Presidente do Tribunal de Justiça tentou fazer uma alteração que transformaria a Advocacia, na verdade quase inviabilizaria a Advocacia, e nós resistimos a aprovação daquele projeto, inclusive este reajuste que é exclusivamente de inflação é necessário. Agora, conseguimos rejeitar aqui um projeto que de fato inviabilizava a Advocacia, inclusive uma dos cartórios do extrajudicial que transformava em valores, do valor do imóvel, a transcrição, enfim. Nós na verdade temos sido aqui resistentes a esse sistema, mas tem questões que tem que ser tratadas aqui, como esse reajuste que era a questão da inflação exclusivamente. Agora, a Ordem naquela época teve uma participação, inclusive com o Presidente Cássio Telles sempre muito efetivo na Presidência.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): E reforço o que disse, não é, Deputado Romanelli? Naquela época, houve o posicionamento da OAB. Agora, um estranho silêncio acerca desse ponto. Na constitucionalidade votarei “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Bazana, Cristina Silvestri, Delegado Tito, Denian, Evandro, Gugu

Bueno, Maria Victoria, Moacyr Fadel, Ney Leprevost e Paulo Gomes. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (39 Deputados); **Votaram Não:** Ana Julia, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Renato Freitas e Tercílio Turini (7 Deputados); **Abstenção:** Paulo Gomes (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Bazana, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Moacyr Fadel e Ney Leprevost (7 Deputados).] Com 39 votos favoráveis, 7 votos contrários e 1 abstenção, está aprovado o Projeto de Lei n.º 997/2023.

ITEM 13 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 998/2023, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 2372/2023, que altera o valor de referência de custas judiciais - VRCJUD para os atos judiciais e os valores das tabelas do regimento de custas previstos na Lei n.º 6.149, de 9 de setembro de 1970. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Sigo a mesma linha do processo anterior, meu voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach,

Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (39 Deputados); Votaram Não: Ana Julia, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Renato Freitas e Tercílio Turini (9 Deputados); Abstenção: Paulo Gomes (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Moacyr Fadel e Ney Leprevost (5 Deputados).] Com 39 votos favoráveis, 9 votos contrários e 1 abstenção, está aprovado o Projeto de Lei n.º 998/2023.

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 1012/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 198/2023, que institui o Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná. **Está sendo retirado de ofício. (O Projeto não foi apreciado na Sessão anterior, prejudicando assim esta deliberação.)**

ITEM 15 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 1015/2023, de autoria Deputada Marcia Huçulak e do Deputado Hussein Bakri, que altera a Lei n.º 21.242, de 23 de setembro de 2022, que dispõe sobre a transparência, por meio da publicação da internet, do quantitativo dos pacientes que aguardam por consultas, exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede Pública de Saúde e de instituições prestadores de Serviços Públicos de Saúde no âmbito do Estado do Paraná. Em discussão.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”. É um Projeto importante capitaneado pela Deputada Márcia. A saúde agradece. “Sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda há alguns Deputados que não votaram. Deputado Ney está votando. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost,**

Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Bührer e Tiago Amaral (50 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Gilson de Souza, Gugu Bueno e Luciana Rafagnin (4 Deputados).] Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 1015/2023.

ITEM 16 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 1019/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 202/2023, que estabelece os requisitos e as condições para que a Procuradoria-Geral do Estado e os devedores ou as partes adversas realizem transação resolutiva de litígio relativo a créditos de natureza tributária ou não tributária da administração direta e autárquica do Estado do Paraná. Regime de Urgência. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Bührer e Tiago Amaral (49 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Gilson de Souza e Ney Leprevost (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 1019/2023.*

ITEM 17 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 1022/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 205/2023, que altera dispositivos de Leis afetadas pela

Reforma Administrativa promovida pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, que dispõe sobre a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Votem com toda a segurança, porque não tem despesa este Projeto, é uma readequação. Voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha “não”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Há alguns Deputados que não ouviram. Nossa voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Gugu Bueno, seu voto, Evandro Araújo, Marcio Pacheco e Ney Leprevost. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Bührer e Tiago Amaral (39 Deputados); Votaram Não: Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (9 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Marcio Pacheco e Ney Leprevost (6 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e 9 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 1022/2023.**

ITEM 18 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 1023/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 206/2023, que altera a Lei n.º 11.580, de 14 de novembro de 1996, que trata do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, a Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003,

que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA, e a Lei Complementar n.º 231, de 17 de dezembro 2020, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a qualidade e a responsabilidade na gestão fiscal do Estado do Paraná e cria o fundo de recuperação e estabilização fiscal do Paraná. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhores e Sr.^{as} Deputados da base, votem com confiança. É um Projeto importante para o futuro do Paraná. Peço o voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Em defesa dos empregos do Paraná, nossas empresas e nossa competitividade, peço o novo “não”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Gugu. Cadê o Vice-Líder? Por favor, não vai fazer como eu, Vice-Líder! Vote.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Bazana, Deputado Corti. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (32 Deputados); **Votaram Não:** Ana Julia, Arilson Chiorato, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho e Ricardo Arruda (14 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Goura, Ney Leprevost e Tercílio Turini (8 Deputados).] Com 32 votos favoráveis e 14 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 1023/2023. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto contrário do Deputado Goura.)**

ITEM 19 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 1031/23...

DEPUTADO GOURA (PDT): Registrar o meu voto “não”, Sr. Presidente. Senhor Presidente, só registrar o meu voto “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado em Ata, Deputado.

ITEM 19 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 1031/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 208/2023, que altera a Lei n.º 10.898, de 22 de agosto de 1994, que cria o Fundo de Reequipamento do Fisco e estabelece critérios quanto ao seu funcionamento. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Projeto importante. Pedimos o voto “sim”. Podem votar tranquilos porque o Projeto é bom e importante. Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Gugu, V.Ex.^a é o Vice-Líder.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Estou com problemas com o meu Vice-Líder. Não sei se está bravo comigo!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Problema onde?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não sei onde! Mas aqui não tem problema, só amizade!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacobó, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flávia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago

Buhrer e Tiago Amaral (45 Deputados); Votou Não: Renato Freitas (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Cristina Silvestri, Dr. Antenor, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Ney Leprevost e Requião Filho (8 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e 1 voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 1031/2023.

ITEM 20 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 1045/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 210/2023, que aprova crédito especial, alterando o vigente orçamento geral do Estado. Regime de Urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Alisson, Deputada Cloara, Deputada Cristina, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Nelson Justus e Ney Leprevost. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (50 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Cristina Silvestri, Gilson de Souza e Ney Leprevost (4 Deputados).] Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 1045/2023.*

Os Itens 21, 22, 23 e 24 faremos votação agrupada, porque são matérias correlatas.

ITEM 21 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 1046/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 211/2023, que autoriza o Poder Executivo, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem, a efetuar a doação, ao município de Rondon, do imóvel que especifica.

ITEM 22 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 1047/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 212/2023, que autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, a efetuar a doação, ao município de São José dos Pinhais, do imóvel que especifica.

ITEM 23 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 1048/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 213/2023, que autoriza o Poder Executivo, a efetuar a doação, ao município de Loanda, do imóvel que especifica.

ITEM 24 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 1050/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 215/2023, que autoriza o Poder Executivo, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem, a efetuar a doação, ao município de Pinhão, do imóvel que especifica.

Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim” nas correlatas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação... Deputado Denian, vai votar?

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Não estou conseguindo votar aqui, Presidente. Registre o meu voto “sim”, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria,*

Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (49 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Cristina Silvestri, Denian Couto, Gilson de Souza e Ney Leprevost (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovados os Projetos. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Denian Couto.)

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 3386/2023, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública do Paraná, Coronel Hudson Leônicio Teixeira, requerendo informações sobre os contratos terceirizados no sistema penal, com enfoque especial no Departamento Penitenciário (DEPPEN). Envio de expediente, ok. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como expediente.**

Requerimento n.º 3320/2023, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei em segunda discussão na Ordem do Dia, que foram aprovados sem emendas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos nºs 3303, 3304, 3346, 3348 a 3361, 3365, 3367, 3370, 3373, 3375, 3378 a 3383, 3394, 3396, 3398 a 3401/2023, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Ortigueira; Paranavaí; Paulo Frontin; Peabiru; Pinhalão; Quinta do Sol; Salgado Filho; Santo Inácio; Sertaneja; Terra Roxa; Toledo; Floraí; Nova Esperança do Sudoeste; Pinhão; Pitangueiras; Quedas do Iguaçu; Juranda; São Carlos do Ivaí;

Arapoti; Barra do Jacaré; Lunardelli; Pontal do Paraná; São João do Ivaí; Ariranha do Ivaí; Bela Vista da Caroba; Diamante do Oeste; Esperança Nova; Manfrinópolis; Rio Branco do Ivaí; Boa Vista da Aparecida; Flor da Serra do Sul; Cruzeiro do Sul; Rolândia; e São Pedro do Paraná; **Requerimento n.º 3305/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente aos Srs Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, requerendo providências para o controle da população de javalis selvagens, que estão colocando em risco a produção agrícola em muitas localidades do Estado; **Requerimentos n.º 3306 a 3314 e 3418/2023**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa às Sras: Nilcéia Mezomo; Mauricéia da Silva Rodrigues; Lucimei Ferreira de Oliveira; Thaina Pereira Ferreira; Bernadete Aparecida Ribeiro; Isabelly Ferreira dos Santos Araújo; Elisane Lemes Pereira; Eliane Pedroso; Ana Célia Ribeiro; e Marinilce Pontes; **Requerimento n.º 3316/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Delegado-Geral da Polícia Civil do Paraná, requerendo a abertura de investigação para apurar denúncias da população relatando crime ambiental praticado pelo Grupo Solvi Essencis Ambiental na Cidade Industrial de Curitiba-CIC; **Requerimento n.º 3317/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Procurador-Chefe da República do Paraná, requerendo a abertura de investigação para apurar denúncias da população relatando crime ambiental praticado pelo Grupo Solvi Essencis Ambiental na cidade Industrial de Curitiba - CIC; **Requerimento n.º 3318/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Procurador-Geral da Justiça, requerendo a abertura de investigação para apurar denúncias da população relatando crime ambiental praticado pelo Grupo Solvi Essencis Ambiental na cidade Industrial de Curitiba - CIC; **Requerimento n.º 3319/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO, requerendo a abertura de investigação para apurar denúncias da população relatando crime ambiental praticado pelo Grupo Solvi Essencis Ambiental na cidade Industrial de Curitiba - CIC; **Requerimento n.º**

3321/2023, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, requerendo a abertura de investigação para apurar denúncias da população relatando crime ambiental praticado pelo Grupo Solvi Essencis Ambiental na cidade Industrial de Curitiba - CIC; **Requerimento n.º 3322/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Contenda, pelos 30 anos de história; **Requerimento n.º 3323/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Chefe da Delegacia de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico da Polícia Federal no Paraná, requerendo a abertura de investigação para apurar denúncias da população relatando crime ambiental praticado pelo Grupo Solvi Essencis Ambiental na cidade Industrial de Curitiba - CIC; **Requerimento n.º 3324/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado das Cidades, requerendo que informe o plano de contingência em apoio as cidades do Paraná para eventuais consequências em razão da previsão meteorológica do ápice do fenômeno “ El Nino”, entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024; **Requerimento n.º 3326/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do servidor público Sr. José Carlos de Araujo Vieira (Sr. Zezinho) do Instituto Água e Terra; **Requerimentos n.ºs 3327 a 3338, 3340 a 3343, 3345, 3362 a 3364, 3366, 3368, 3369, 3371, 3372, 3374, 3376, 3377, 3402 a 3406 e 3412/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para os Senhores: Lairto de Moraes; Cláudio Golemba; Altamiro Pereira Santana; Taciana Gouveia; Flávio Tosti; João Froté; Lenice de Moraes; Aécio Martins; Andréia Silva; Ângelo Rigon; Gilmar Ferreira; Gilson Aguiar; Jota Silva; Júlio Take; Paulo Caetano; Ricardo Freitas; Victor Hugo; Pedro Rodrigues Bandeira Júnior; Sandra Regina Parra; Anne Mary Cavalcante Souza; Heloísa Gonçalves Apolinário de Oliveira; Kalyza Letícia Senhorini Gouveia; Manayara Marconi dos Santos Silva; Marli Benedita de Souza Oliveira de Araújo; Roseli Berti Rosini; Flávia Marconi; Bruna Marconi; Júlio César; Alceu Alcântara da Silva; Diego Vitor Batista; Enéias Polini; João das Chagas de Araújo; Milton Cripa;

e Alex Rosseto; **Requerimentos n.^{os} 3347, 3384, 3385, 3393 e 3395/2023**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: aos membros da União da Mocidade da Assembleia de Deus - UMADC relacionados; a Arno Alfredo Pauls; Paulo Alves de Lemos; Celcio Glacimo de Lima; à Assembleia de Deus em Astorga; **Requerimento n.^º 3387/2023**, dos Deputados Soldado Adriano José, Delegado Tito Barichello, Tiago Amaral e Ricardo Arruda, solicitando Moção de Apoio ao reconhecimento da importância e da legitimidade do Poder de Polícia para as guardas municipais como integrantes do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social; **Requerimento n.^º 3388/2023**, dos Deputados Delegado Tito Barichello e Alexandre Curi, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Instituto Schwaner, pelos brilhantes serviços prestados, em especial com o treinamento e doação de cães para pessoas com deficiência visual e autistas; **Requerimento n.^º 3389/2023**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado de Educação do Paraná, requerendo esclarecimentos sobre a implementação do projeto Escola Segura em Londrina; **Requerimento n.^º 3397/2023**, dos Deputados Delegado Tito Barichello e Alexandre Curi, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos valorosos policiais militares pelos brilhantes serviços prestados no combate e enfrentamento ao crime organizado e proteção à população paranaense; **Requerimento n.^º 3407/2023**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado de Segurança Pública do Paraná, requerendo esclarecimentos sobre a implementação do Projeto Escola Segura em Londrina; **Requerimento n.^º 3408/2023**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o envio de expediente ao Secretário das Cidades, requerendo a instalação de academias ao ar livre nos Bairros de Avencal e Gramados em Piên; **Requerimento n.^º 3409/2023**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o envio de expediente ao Ministro das Comunicações, requerendo a instalação de infraestrutura para instalação de antena celular em Bocaiúva do Sul; **Requerimento n.^º 3410/2023**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Saúde, requerendo a aquisição de aparelho de endoscopia para Piên; **Requerimentos**

n.ºs 3411 e 3413/2023, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: José Carlos de Araújo Vieira; e Caio Henrique de Lima Gonçalves; **Requerimentos n.ºs 3414 e 3416/2023**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: para o Laboratório de Cannabis Medicinal e Ciência Psicodélica da Universidade Federal Latino - Americana (UNILA) e aos seus coordenadores; para o Laboratório de farmacologia da Dor e Neuropsicofarmacologia da Universidade Federal do Paraná e às professoras Janaína Menezes Zanoveli e Joice Maria da Cunha.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 3315/2023**, da Deputada Cristina Silvestri, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 12 de dezembro de 2023; **Requerimento n.º 3344/2023**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de dezembro de 2023; **Requerimento n.º 3417/2023**, da Deputada Mabel Canto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de dezembro de 2023; **Requerimento n.º 3419/2023**, do Deputado Adão Litro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de dezembro de 2023; **Requerimento n.º 3422/2023**, do Deputado Gugu Bueno, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de dezembro de 2023; **Requerimento n.º 3423/2023**, da Deputada Marcia Huçulak, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de dezembro de 2023; **Requerimento n.º 3424/2023**, da Deputada Ana Júlia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de dezembro de 2023; **Requerimento n.º 3425/2023**, do Deputado Tiago Amaral, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de dezembro de 2023.

Requerimento cancelado.

Requerimento n.º 3325/2023, cancelado no sistema.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando na sequência: uma **Sessão**

Extraordinária, com a seguinte Ordem do Dia - 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 1021/2023 e 2.^a Discussão dos Projetos de Lei Complementar n.^ºs 13/2023 e 14/2023 e dos Projetos de Lei n.^ºs 545/2021, 319/2022, 766/2023, 953/2023, 997/2023, 998/2023, 1012/2023, 1015/2023, 1019/2023, 1022/2023, 1023/2023, 1031/2023, 1045/2023, 1046/2023, 1047/2023, 1048/2023 e 1050/2023; **uma Sessão Ordinária, antecipada de quarta-feira, com a seguinte Ordem do Dia -** Redação Final dos Projetos de Lei n.^ºs 502/2023, 825/2023 e 826/2023, 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 319/2022, 2.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 14/2023 e dos Projetos de Lei n.^ºs 1018/2023, 1019/2023, 1022/2023, 1023/2023 e 545/2021 e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^º 143/2023; **e duas outras Sessões Extraordinárias, antecipadas de quarta-feira, com as seguintes Ordens do Dia:** 1.^a **Extraordinária:** 3.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 1018/2023, 1019/2023, 1022/2023 e 545/2021, 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 143/2023 e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 626/2023, 1054/2023, 1056/2023 e 1057/2023; **e 2.^a Extraordinária:** Redação Final dos Projetos de Lei n.^ºs 545/2021, 319/2022, 1018/2023, 1019/2023, 1021/2023, 1022/2023 e 1023/2023, 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 143/2023 e 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 626/2023, 1054/2023, 1056/2023 e 1057/2023. Já solicito que registrem as presenças, para que possamos iniciar a Sessão Extraordinária.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h09, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)